

Revista

Da Cultura

Ano XVII – Nº 29 – Novembro de 2017 – ISSN 1984-3690

Fortificações de Niterói

Fortes: Barão do Rio Branco
São Luís
Pico

ENTREVISTA

Coronel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia

ARTIGOS

Na História do Exército, a Grandeza do Brasil

Marcos Arbaitman

Missão Cumprida

Roberto Duailibi

Projeto História Oral do Exército

Aricildes de Moraes Motta

Compliance e Gestão no Terceiro Setor

José Eduardo Sabo Paes

IPHAN - Preservação das Fortificações do Brasil

Kátia Bogéa e Andrey Rosenthal Schlee

Banda Sinfônica do Exército – Lançamento de CD

José Roberto Pinto Bastos

Uma Realidade Brasileira

Expedito Carlos Stephani Bastos

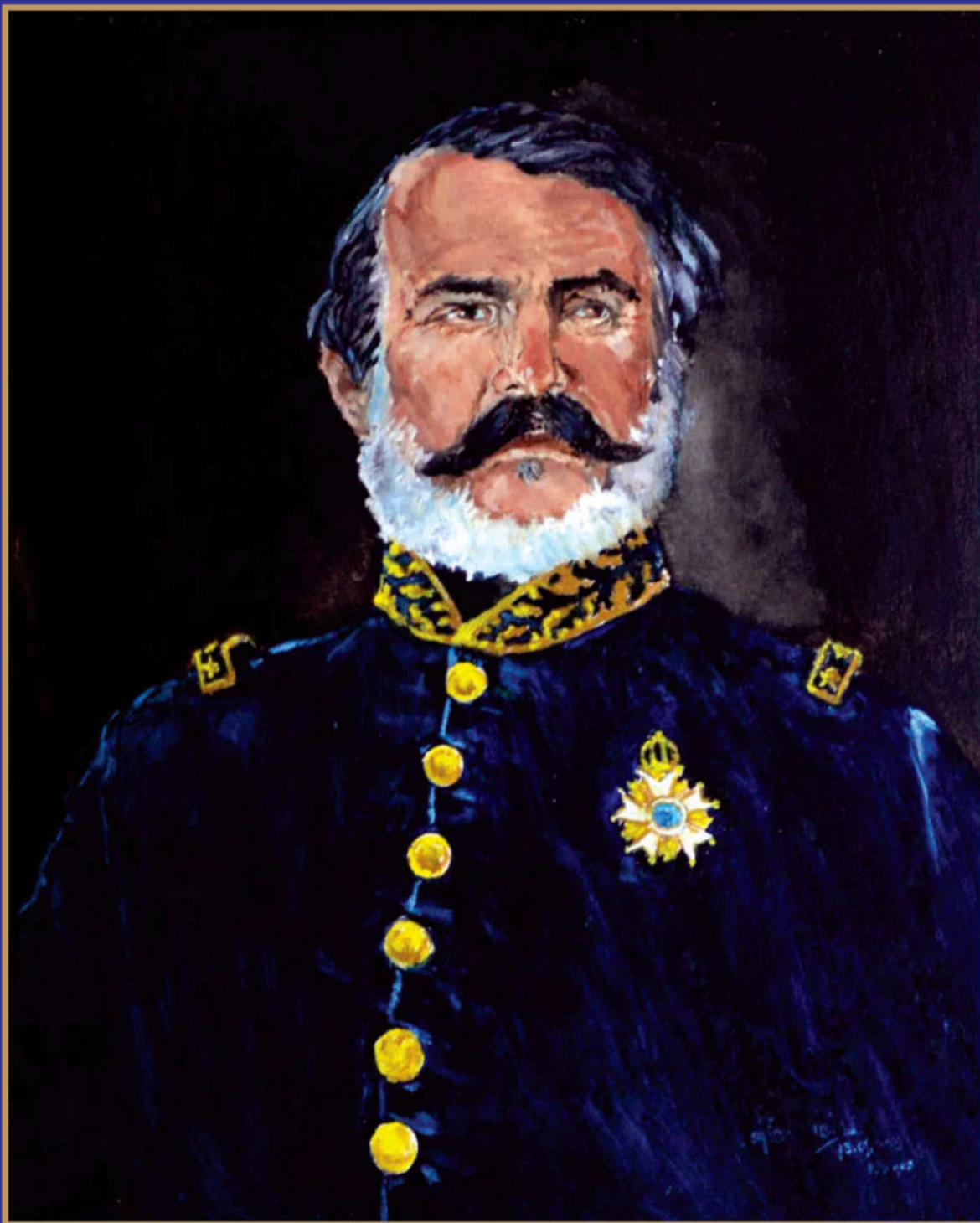
REPORTAGEM

Fortificações de Niterói

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Marechal Manoel Luís Osório

Patrono da Arma de Cavalaria



Tela de Osório que se encontra no 4º RCB, em São Luís Gonzaga - RS
Foi pintada pelo Cel Estigarribia, nosso entrevistado, nesta edição.

Editorial

As palavras iniciais do Presidente, Dr. Marcos Arbaitman, “Na História do Exército, a Grandeza do Brasil”, conclamam todos os integrantes da Fundação Cultural Exército Brasileiro a perseguirem os ideais, que, em 2000, permitiram criar a nossa Fundação.

O Exército e o Brasil são duas expressões indissociáveis, designam o mesmo fenômeno e são os fundamentos do agir de todos que integram a FUNCEB.

O Dr. Roberto Duailibi, figura proeminente na área de comunicação social no Brasil, um dos fundadores da FUNCEB, ex-presidente da Fundação e, atualmente, integrante do seu Conselho de Curadores, brinda-nos com “Missão Cumprida”, em que aprecia os treze anos de excepcional desempenho dos soldados brasileiros como membros da força de paz da ONU, no Haiti.

A História Oral do Exército Brasileiro, como um campo específico da História Militar do Brasil, assumiu os contornos de uma investigação sistematizada a partir do Projeto “História Oral do Exército”, concebido e iniciado, em 1999, na gestão do Ministro e, depois, Comandante do Exército, General de Exército Gleuber Vieira.

O General de Brigada Aricildes de Moraes Motta foi a figura central desse empreendimento. Esse ilustre Chefe Militar, com sua refinada cultura e inteligência, deixou para o Exército e para o Brasil duas notáveis obras: “A História Oral do Exército na Revolução de 1964” e a “História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial”.

A Revista DaCultura nº 29 transcreve um texto em que o Gen Aricildes Motta aborda aspectos desconhecidos do grande público, inclusive do militar brasileiro, sobre o Projeto “História Oral do Exército”.

Dessa vez, a nossa entrevista é com o Coronel de Cavalaria Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia, que tem construído uma obra importantíssima para o nosso Exército. Pintor, com qualidades excepcionais, tem feito o registro, em telas e desenhos, de figuras notáveis da Força e de episódios marcantes da nossa história militar. Os registros pictóricos desse grande militar e artista ornamentam, com suas cores e traços, nobres espaços de nossos quartéis e de museus militares.

A Revista DaCultura divulga duas cartas do Marquês de Caxias; uma constante do “Livro 1º de Cartas sobre a Campanha do Paraguai (1866/1867)” e a outra das “Coleções Especiais do Arquivo Histórico do Itamaraty”, entre os anos de 1853 e 1871. Na primeira, diferentes atributos da personalidade do Duque de Caxias se evidenciam; na outra, está esboçada a manobra, concebida, na época, por Caxias, para o término da Guerra do Paraguai.

O Dr. José Eduardo Sabo Paes, Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), um dos mais proeminentes estudiosos, no Brasil, do Terceiro Setor, com inúmeros livros publicados, foi um dos mentores do Estatuto da FUNCEB. O Dr. Sabo apresenta-nos “Compliance e Gestão no Terceiro Setor”,

em que aborda o tema da “governança responsável” como fator relevante da administração superior das entidades fundacionais. Um assunto da maior prioridade na nossa atualidade.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) está completando 80 anos de existência. Uma instituição de mais alta relevância para a preservação da nossa cultura, o IPHAN tem desempenhado um papel fundamental na pesquisa e na proteção dos nossos bens culturais, materiais e imateriais. Fiel aos destinos estabelecidos por Mário de Andrade e por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1937, tem sabido se renovar, graças à inteligência e dedicação, irrepreensível do seu corpo de servidores.

A Presidente do IPHAN, Dra. Kátia Bogéa, e o seu Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, Dr. Andrey Schlee, apresentam-nos o artigo “Preservação das Fortificações do Brasil – Um Balanço de 80 Anos de Proteção do IPHAN”, em que realizam uma descrição preliminar de alguns dos importantíssimos trabalhos desenvolvidos por esse Instituto, na área da preservação das Fortificações Brasileiras, um tema “diretamente relacionado com a constituição da Nação”.

“Uma Realidade Brasileira: EE-Cascavel em Combate – Líbia e Iraque 2015 – 2017” é o estudo apresentado pelo Dr. Expedito Carlos Stephani Bastos, pesquisador de assuntos militares da Universidade Federal de Juiz de Fora e habitual colaborador da nossa Revista.

Nesse interessantíssimo texto, o Dr. Expedito aprecia modificações introduzidas na estrutura original do EE-Cascavel, decorrentes do emprego em combates em localidades, na Líbia e no Iraque.

O Coronel José Roberto Pinto Bastos, Superintendente da FUNCEB, faz a apresentação do primeiro CD gravado pela Banda Sinfônica do Exército, mais um Projeto exitoso da FUNCEB, que conta com o apoio do Comando Militar do Sudeste, da Fundação Habitacional do Exército (FHE) e do Ministério da Cultura (MINC).

O nosso redator chefe, Cel Paulo Teixeira, na série sobre fortificações brasileiras, focaliza o complexo das Fortificações construídas em Niterói, no Rio de Janeiro, consideradas, no seu conjunto, as mais belas da costa brasileira.

Os fortes Barão do Rio Branco, de São Luís e o do Pico são os objetos das investigações e das apreciações do nosso ilustre redator, que compõem uma das mais interessantes seções da nossa Revista.

Synésio Scofano Fernandes
Diretor da Revista DaCultura

Diretor

Synésio Scofano Fernandes

Editor

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Redator-Chefe

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Colaboradores

Juarez Genial
Jayme dos Santos Taddei
José Roberto Pinto Bastos

Revisão

Álvaro Luis Sarkis da Silva

Assistente de redação

Francisco Ferreira Machado
Marcos Trajano de Sousa

Editoração eletrônica

Murillo Machado

Impressão

ROTAPLAN
Gráfica e Editora Ltda

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Revista e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e do endereço postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias

Nº 25 – Centro

Ala Marçílio Dias – 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20221-260

Tel: 21 2519-5352

Fax: 21 2519-5106

E-mail: funceb@funceb.org.br

www.funceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Distribuição gratuita

Tiragem: 9.000 exemplares

Sumário

ENTREVISTA

12 - Coronel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia



ARTIGOS

04 - Na História do Exército, a Grandeza do Brasil

Marcos Arbaitman

05 - Missão Cumprida

Roberto Duailibi



07 - Projeto História Oral do Exército

Aricildes de Moraes Motta

18 - Cartas de Caxias

Synésio Scofano Fernandes



24 - Compliance e Gestão no Terceiro Setor

José Eduardo Sabo Paes



26 - Preservação das Fortificações do Brasil – Um Balanço de 80 Anos de Proteção do IPHAN

Kátia Bogéa e Andrey Rosenthal Schlee



35 - Uma Realidade Brasileira

Expedito Carlos Stephani Bastos

46 - Banda Sinfônica do Exército
Lançamento de CD

José Roberto Pinto Bastos



REPORTAGEM

50 - Fortificações de Niterói

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira



AGRADECIMENTOS

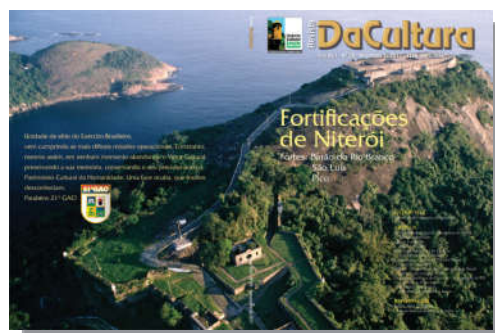
Ao Ten Cel Art Batouli, Comandante do 21º GAC, e ao Maj Art Forestiere; ao Ten Cel Art Teixeira, Comandante do 15º GAC AP, pelas informações atualizadas e pelas belíssimas imagens que enriqueceram a nossa revista.

Aos articulistas, que atenderam ao nosso convite e nos presentearam com excelentes artigos.

À Fundação Habitacional do Exército, pela confiança que depositou mais uma vez na Revista DaCultura, patrocinando esta edição e ainda à DPHCEX e ao Cap Blacker, da FUNCEB (Brasília), que muito nos ajudaram com imagens que enriquecem a entrevista com o Cel Estigarribia.

“O nosso socorro está no nome do Senhor, que fez o céu e a terra”

SL 123:8



Nossa capa

O Forte do Pico, descendo o movimento rochoso o Forte do Imbuy

Na História do Exército, a Grandeza do Brasil

Marcos Arbaitman

Presidente da FUNCEB

Ao assumir nobre compromisso de servir à FUNCEB – Fundação Cultural Exército Brasileiro, a responsabilidade inerente não supera a emoção que a missão nos envolve.

Desde o ano 2000 este trabalho diuturno tem mantido acesa e viva a cultura do Exército Brasileiro e seu imenso patrimônio de fortes e fortalezas, sítios históricos, documentos, museus, monumentos e obras de arte, em verdadeiro desafio contínuo de extraordinária importância para a história do Brasil.

O esforço pela união de todos na publicação do volume 4 da coletânea “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”. Caminha a pleno vapor para completar esta obra de valor incomensurável.

A retomada do Projeto Rondon, a elevação da nossa Banda Sinfônica, a restauração de monumentos, como a obra equestre de Victor Brecheret, erguendo alto o patrono do Exército Brasileiro, O Duque de Caxias, a Rádio verde Oliva, agora estendida ao Amazonas, a Revista DaCultura, menina dos olhos de nosso Curador Synésio Scofano Fernandes, são algumas das metas em que nos empenhamos em cumprir.

“De minha terra, por minha terra, para minha terra, tenho vivido e, incapaz de servi-la o quanto devo, prezo-me em amá-la o quanto posso”



Missão Cumprida

Roberto Duailibi

Conselheiro da FUNCEB e Membro
da Academia Paulista de Letras



Treze anos depois, as tropas brasileiras que compunham a força de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) deixaram o Haiti. Para trás, quantas histórias foram construídas, quantas imagens ficarão nas cabeças dos nossos soldados, que de forma rotativa se revezavam de tempos em tempos para tentar dar àquele povo condições pouco melhores. Lutando contra o maior dos inimigos, a falta de infraestrutura, de recursos, de condições de moradia e, driblando a ausência de saneamento básico e água potável, os brasileiros se tornaram, ao longo desses 13 anos, heróis do povo.

As imagens dos soldados deixando suas bases, se despedindo da população, não precisavam de legenda. Traduzem o respeito e o reconhecimento do povo haitiano com nossas tropas. Pedem souvenirs para guardarem como

lembrança de um período que todos sabem bem melhor, guardadas todas as proporções, em relação ao que pode estar pela frente.

De nossa parte, também se observa claramente no semblante de que cada membro do Exército um misto de tristeza e de desejo de esperança de que o trabalho realizado possa representar a semente de um Haiti melhor. Afinal de contas, foram 13 anos tentando reorganizar o país, buscando controlar a violência local, ora atuando em patrulha, ora com vistas totalmente ao lado social, cuidando de crianças, oferecendo valores que se perderam ao longo de tanta crise, desmando e flagelo social. Ora atuando como médicos, enfermeiros, missionários, ora como pai, irmão, amigo. No posto de saúde, no atendimento médico, na pelada de fim de semana, o que mais se via era uma solidariedade explícita.

O imprevisto e o bom treinamento no Brasil lhes deram as ferramentas para que a missão fosse cumprida da melhor maneira. Tanto assim que a ONU já fala em talvez requerer a presença brasileira em outros locais do mundo.

Além de proteger as instalações brasileiras, organizar as forças de paz, o papel da missão de paz era justamente esse, tentar dar ao povo um pouco de amparo ao que, num primeiro momento, parecia irremediavelmente inviável. Nesse tempo todo, enfrentamos terremotos e furacões, levantes e epidemias. Até o dia 15 de outubro, todo o efetivo brasileiro será repatriado e, depois de 2017, a ONU irá implantar a Minujusth (Missão de Apoio à Justiça), cujo objetivo será apoiar o fortalecimento das instituições judiciárias.

O Brasil fez sua parte, o Exército cumpriu a missão para a qual foi convocado. Desde 2004, o País enviou para o Haiti, sob o regime de revezamento, 37,5 mil militares, que atuaram em todo tipo de serviço, mais basicamente na pacificação, meio que se inspirou no instinto de seu patrono, o Duque de Caxias, denominado O Pacificador.

O Exército Brasileiro enfrentou todo tipo de problema, como revoltas locais, epidemias, problemas de saúde muito por conta da falta de água, higiene, saneamento e condições básicas de moradia. Em 2010, se deparou com um dos piores terremotos que a humanidade já viu, de 7 graus na escala Richter, e que determinou a morte de 220 mil pessoas.

Foi nesse incidente que morreu dona Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa. Médica, pediatra, candidata ao Nobel da Paz, dona Zilda estava no Haiti em missão humanitária, quando acompanhada por um sargento no momento em que morreu nos escombros do terremoto, numa igreja de Porto Príncipe. Ela dedicou a vida a trabalhos de solidariedade, indicando educação e cuidados com a saúde das crianças, exatamente o que estava fazendo no Haiti. Além dela, no terremoto, foram mortos 11 militares.

No ano passado, o Exército enfrentou outro incidente, o furacão “Matthew”, desastre na-

tural também de grandes proporções e que atingiu em torno de 2 milhões de pessoas, matando centenas delas. Nele morreram 16 militares brasileiros. Desde 2004, muitos perderam a vida no Haiti. Para piorar, o furacão também destruiu sistemas de água e esgoto que foram reconstruídos, o que provocou grandes inundações e agravou os problemas de saúde pública.

Em todos esses eventos a população haitiana se habituou a ter como apoio as forças brasileiras e a máxima “Braço Forte, Mão Amiga”. Ao todo, desde 2004, foram registradas em torno de 30 mortes de militares, todos no cumprimento do dever, o que só faz enaltecer ainda mais o papel do Exército Brasileiro no Haiti. Esses heróis, que merecem toda a reverência do povo haitiano e brasileiro, deram a vida para permitir que houvesse condições de vida pouco melhores para crianças, idosos e pessoas sem ou com quase nenhum recurso de sobrevivência.

É esse o papel e a imagem que tem deixado o Exército, sempre no cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Como nas atuações em problemas urbanos de segurança, como no patrulhamento ostensivo em locais remotos e igualmente desguarnecidos em nosso País.

Um dos melhores exemplos é a região amazônica. Ao longo de 11,2 mil km de fronteiras, com 7 países e área equivalente a 42% do território nacional, a Amazônia é patrulhada pelo Exército. O papel muitas vezes extrapola as funções oficiais. Em muitos momentos, o Exército é a única autoridade, a coisa mais próxima de um serviço de saúde, a derradeira assistência em quilômetros para populações pobres, ribeirinhas, tribos indígenas. Além do papel que faz em termos de comunicação, é o Exército que ajuda as populações locais e garante a soberania nacional.

Por conta da presença verde-oliva, não tememos a invasão estrangeira ou a incidência de guerras na região. As Forças Armadas são as guardiãs da floresta e a presença do Brasil na fronteira.

Roberto Duailibi é publicitário e fundador da DPZ Propaganda



O General Aricildes de Moraes Motta

Foto - Sgt Luís - Bibliex

A Revista DaCultura agradece a colaboração do Cel Art Eng Militar Ronaldo Braga de Oliveira, que nos enviou o texto de seu amigo, Gen Bda Motta, com o qual estreitou laços de amizade durante o período que conviveram juntos em Washington.

e o Projeto História Oral do Exército

Apresentação

Vivemos em um mundo no qual o presente e as emoções parecem valer mais que a história e a razão.

Por isso, mais do que nunca, devemos valorizar o fato histórico e ressaltar a importância da razão. O General Gleuber Vieira, Ministro do Exército, em 3 de maio de 1999, deu partida ao projeto denominado *História Oral do Exército na Revolução de 1964*. No objetivo geral do projeto estava acentuado: “O Projeto HOER 64” reveste-se de um caráter futurista com vistas a pre-

servar a história para que as próximas gerações disponham de fontes fidedignas. Alguns meses mais tarde, em outubro de 1999, o Gen Gleuber, então Comandante do Exército, aprovava o projeto denominado *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial (HOESGM)*, com o mesmo objetivo geral do anterior. Para coordenar a execução de ambos os projetos foi convidado o General de Brigada Reformado Aricildes de Moraes Motta.

O Projeto

A fim de cumprir essa honrosa missão, tanto significativa quanto meritória para a nossa instituição, devidamente autorizado, solicitei o concurso de diletos companheiros para a condução (coordenadores regionais) dos trabalhos que se afiguravam, até então, inéditos em nossa história militar. Passo a citá-los: Gen Div João Carlos Rotta (RS), Gen Bda Geraldo Luiz Nery da Silva (RJ e MG), Cel Ilo Marques de Barros Barreto (PE), Cel Tarcísio dos Santos Vieira (CE), Cel José Gustavo Petito (SP), Cel Roosevelt Santana (BSA-DF) e Cel Aurélio Cordeiro da Fonseca, assistente da coordenação geral.

Em onze de julho de 2000, seis meses após o início das atividades relacionadas aos projetos da “Guerra” e da “Revolução”, o Comandante do Exército, Gen Gleuber, aprovou o projeto denominado “*HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO*”, com o objetivo de preservar os fatos significativos da História Contemporânea do Exército em todas as áreas.

Sobre a História Oral, que alguns consideram uma técnica, outros uma metodologia ou mesmo uma disciplina, para nós, foi um valioso instrumento que utilizamos para levantar os fatos da história de nossos dias, relacionados às organizações do Exército Brasileiro. Os projetos anteriormente citados, por bem-sucedidos, motivaram o prosseguimento das tarefas de história oral, por mais de uma década; por seu intermédio, cresceram as pesquisas, maiormente calcadas na evolução e no dinamismo das organizações castrenses, bem como em destacadas lideranças militares e civis.

Aqueles companheiros das primeiras jornadas, bem como os que os sucederam: Gen Bda Leslie Antonio Alcoforado; Cel Art Paulo Elísio Battouli; Cel Engº Químico Sérgio Stanisck Reis; além do Gen Bda Geraldo Nery da Silva, que trabalhou todo o decênio, como eu, todos atilados e competentes gerentes de projetos, com invejável competência e descortino, ultrapassaram os naturais obstáculos que empreendimentos de pesquisa, com base na história oral, costumam oferecer. Trilharam, segura e confiantemente, mercê de aplicados estudos e inextinguível devotamento, as diferentes etapas que materializam os trabalhos de história oral, tais como seleção e abordagem primária de temas a desenvolver, especificação das prescrições metodológicas, formação de colônias e redes, realização de entrevistas em



Gen Gleuber Vieira

múltiplas facetas, transcrições e textualizações, revisões e reparos de textos para as publicações de livros.

O homem faz a história, pois é sua razão principal. Com esse lema, *Jay Luvaas* acentua que a História tem início com a História Militar, do que decorre a importância do estudo desta última, e lembra que as guerras da Idade Clássica constituíram tema popular para o historiador. Entretanto, somente em nossos dias, a História Militar tem logrado merecer um lugar nos currículos da maioria dos institutos de ensino superior. No Brasil, o interesse acadêmico ainda se manifesta de forma incipiente e, no Exército Brasileiro, ao longo dos anos, o caminho percorrido tem-se mostrado bastante irregular. Mesmo seguindo essa trajetória de altos e baixos, aplicados pensadores castrenses contribuem para que as mais destacadas passagens da história da Força Terrestre sejam alvo de cuidadosa atenção, no sentido de fixar, objetivamente, essas vivências especiais.

Devemos reconhecer que a facilidade de acesso às informações amplia as áreas de interesse para a atualização do conhecimento e fortalece a convicção de que o avassalador crescimento da ciência e da tecnologia torna o estudo do passado irrelevante. Não poucas vezes, constata-se um crescente desinteresse pela utilização da experiência histórica, embora aqui e ali possam ocorrer tentativas esporádicas, no intuito de criar uma nova tendência que reverta o processo em curso, porque uma tal negligência, se assim caracterizada, cobraria um alto custo à Instituição Militar. Por isso, é

impositivo insistir na execução de atividades que tenham como único propósito reduzir a História Militar ao lugar devido na hierarquia das realizações importantes para o nosso Exército.

No campo da Historiografia Militar, nem sempre é aconselhável ocupar-se somente dos tópicos operacionais; sua abrangência deve alcançar os acontecimentos que envolvam aspectos técnicos e administrativos da conduta profissional e aqueles que retratem a interação com os atores dos diferentes segmentos da sociedade. Com esse entendimento, a partir de 1999, a História Oral rompe as amarras dos estudos históricos tradicionais, em nosso Exército, e assume lugar de destaque entre as iniciativas capazes de preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas.

Já se disse que a História Oral comporta-se como uma via de acesso privilegiada por onde desfila toda uma série de realidades que raramente aparecem em documentos escritos. Por intermédio da oralidade, pode-se, com bastante clareza, conhecer todos os caminhos percorridos no processo decisório. Utilizando-se essa técnica moderna de construção da História, coletam-se depoimentos pessoais sobre temas diversos e recuperam-se informações sobre passagens importantes do amplo espectro da vida profissional. Depois de organizados, os acervos assim criados abrem-se num campo fértil de trabalho, rico manancial posto à disposição de estudiosos e pesquisadores voltados para seus exames.

Mas sempre estive no campo das preocupações dos responsáveis por sua implementação que os projetos de História Oral não se cingissem somente aos fatos relatados e a determinados princípios eventualmente discutidos. Iria além no acurado estudo do processo histórico de que tivesse participado a Força Terrestre, especialmente pela importância dos acontecimentos e sua influência na trajetória institucional do Exército.

Ao encerrarmos, nesta data, as nossas atividades, aos companheiros do Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército, deixamos como legado onze projetos, quatro dos quais já terminados e sete em desenvolvimento:

Foram 1056 entrevistas realizadas e, em sua maioria, transcritas. Cerca de 150 textualizadas.

Neste momento, ao encerrarmos nossos trabalhos na História Oral do Exército, cabe-nos dizer:

“Nisi utili quod facimus, estulta gloria”.

(Se o que fizemos não é útil, estulta glória).

Ao agradecer a atenção de todos, encerrarei esta intervenção com as palavras do poeta mineiro, Murilo Mendes:

Ontem sou, Hoje serei, Amanhã, fui.

Assinado: Gen Bda Ref Aricildes de Moraes

Motta,

Rio de Janeiro, RJ, 30/11/2010.



Curriculo Vitae

O Gen Bda Aricildes de Moraes Motta nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 29 de Novembro de 1930.

Foi aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro e concluiu o curso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1952, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.

Como oficial subalterno fez o curso de Artilharia Antiaérea.

Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1963, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) de 1966 a 1969.

Foi instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea e da ECEME (1973 a 1975).

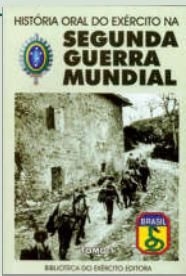
Em Washington (USA), ainda como coronel, foi nomeado adjunto (ADIEx) da Embaixada do Brasil.

Em 31 de Março de 1986, foi promovido a General de Brigada, quando foi designado Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada. Exerceu ainda, o Comandou ainda a ECEME de 1988 a 1989.

Ao passar para reserva, participou e coordenou o projeto História Oral do Exército e foi Presidente do Conselho Deliberativo da Biblioteca do Exército (Bibliex).

Faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2016.

PROJETO HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO



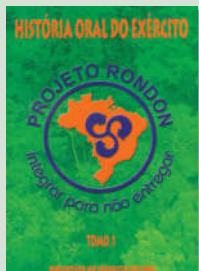
História Oral da Segunda Guerra Mundial

8 Volumes



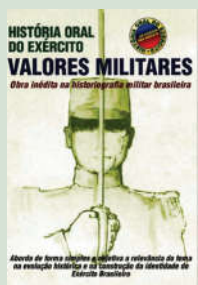
História Oral da Revolução de 31 de março de 1964

15 Volumes

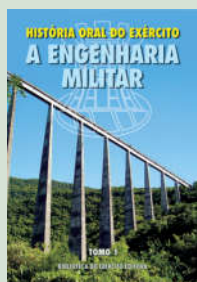


História Oral do Projeto Rondon

4 Volumes



História Oral dos Valores Militares



História Oral da Engenharia Militar

1 volume já editado:

Construção e Cartografia e, em diagramação; Nucleares, Fabricação e Recuperação de Material Bélico, Ensino, Pesquisa da Informação



História Oral das Missões de Paz do Exército

Missão de Suez em diagramação; Faibras, Unavem e Angola programados



História Oral dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva

1 Volume já editado: CPOR do Rio de Janeiro.

Programados; CPOR de Brasília/DF, Porto Alegre e Fortaleza.



História Oral da Artilharia de Costa

1 Volume em diagramação.

Em fase de entrevistas: Lideranças Militares, Colégios Militares e Candidatos Civis.



Os livros publicados pelo Projeto História Oral do Exército podem ser adquiridos na Biblioteca do Exército - Editora

Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marcílio Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro
CEP 22.221-260 - Tels.: (21) 2457-4747 ou (21) 2519-5732 - bibliex@bibliex.com.br

SEGURO
VIAGEM
SEGURANÇA EM
QUALQUER DESTINO

Sujeito à alteração sem aviso prévio

QUEM PODE

O público em geral

DIFERENCIAIS*

- ✓ ótimos preços
- ✓ contratação rápida e sem burocracia
- ✓ coberturas básicas por morte acidental e/ou invalidez permanente por acidente
- ✓ assistência médica por acidente
- ✓ assistências odontológica, farmacêutica e jurídica
- ✓ cobertura para prática de esportes radicais
- ✓ seguro e reembolso de despesas por ocasião da demora da bagagem
- ✓ cobertura de gastos por atraso ou cancelamento de voo

* Verifique as condições e os limites de utilização de cada plano e cobertura



Mais informações:

0800 61 3040

0800 61 3131

www.fhe.org.br

PROSEG
ADMINISTRADORA E
CORRETORA DE
SEGUROS

FHE FUNDAÇÃO
HABITACIONAL
DO EXÉRCITO

Entrevista com o Coronel Estigarribia



Coronel Estigarribia em atividade no seu atelier.

O Coronel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia é natural da cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba. Foi declarado aspirante-a-oficial da Arma de Cavalaria em 20 de dezembro de 1956. Em 1965, realizou o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Em 1971, concluiu o Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME. Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), por duas vezes, sendo a segunda como Instrutor-Chefe do Curso de Cavalaria. Comandou o 2º RCMec, em São Borja. Como oficial de Estado-Maior, serviu no Comando Militar do Sul (CMS). A sua última função na ativa foi no Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx). É bacharel em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e especializou-se em História Militar, pela Universidade de Santa Catarina. São de sua autoria centenas de pinturas sobre episódios da História Militar. Dessas, cinco estão na Força Aérea, uma na Argentina, uma no Uruguai, uma no Paraguai, três nos Estados Unidos, uma na Inglaterra, uma na Itália e outra na Suíça. É autor, também, dos livros “Osório” e “Episódios Militares”, e da quadrilogia de caricaturas sobre a caserna dos idos de 1950-60. Atualmente, continua em sua atividade artística, pintando quadros no seu atelier em Porto Alegre.

A Entrevista

Considerando que, além da formação completa de oficial combatente, V. Sa. passou por uma admirável experiência acadêmica no campo da educação artística, pergunto: Como se deu a adequação cognitiva e de valores entre dois campos tão díspares?

A vivência da Caserna e dos nossos cursos regulares se somam e garantem uma expressiva bagagem cultural, em campos variados. Nossos valores são um diferencial, para melhor. Distinguem-nos e induzem ao respeito.

Decidi arriscar um vestibular e quatro anos de bacharelato de Artes Plásticas, quando fui convidado pelo Exército a ser Prestador de Tarefa Por Tempo Certo (PTTC), com o encargo do registro da nossa História Militar, que é a própria História do Brasil. Julguei necessário obter o lastro acadêmico; afinal, fora contratado com base somente na simpática avaliação dos que já conheciam contribuições avulsas, em revistas e em painel pintado para o Parque Histórico Marechal Osório. O curso, de quatro anos, foi um desfile em passo de estrada. Apesar de rodeado por jovens e mestres, cujos conhecimentos de nossa profissão eram quase um zero à esquerda, quando não distorcidos. Contudo, o passar do tempo aparou arestas e desconfianças, tornando a convivência harmoniosa. Exemplo: o quadro ilustrando a defesa do Rio ao ataque do corsário Duguay-Trouin, que está no Museu do Exército, Forte de Copacabana, foi elaborado em plena sala de aula, alunos e professores presentes, durante as aulas de pintura a óleo. E a tarefa de final de curso, simulacro de uma exposição com debate oral sobre as pinturas apresentadas, aconteceu no saguão de entrada do QG do Comando Militar em Porto Alegre. Presentes, todos os 80 alunos de minha Turma e da banca de 3 examinadores. Sucesso!

Partindo de uma mesma temática – a vida militar – parecem existir dois tratamentos diferenciados em seus trabalhos: de um lado, o histórico, o solene, o heroico; de outro, o traço caricatural, cena do cotidiano castrense e a situação de humor.

Esses dois tratamentos correspondem a fases sucessivas ou eles se superpõem sem grandes conflitos internos?

O tratamento caricatural de nossa História Militar despreziosamente realizado nos quartéis e nas escolas militares por onde passava acabou sendo avaliado pelo saudoso Gen Ex Zenildo de Lucena como mais um instrumento, embora modesto, de fortalecimento da Memória do Exército. Quando Ministro da Guerra, determinou a feitura de livretes de textos simples e caricaturas sobre nossas diferentes Armas nos anos 40/60 do



Gravuras do autor que fazem parte do livreto com 20 desenhos caricaturais – “Jornada de um Regimento de Cavalaria Hipomóvel” lançado no Forte de Copacabana

século passado. Tudo em situações bem humoradas, mas reproduzindo episódios e detalhes do material da época. No tratamento da Infantaria, vali-me de fatos narrados pelo hoje Gen Ex Rômulo Bini; a Artilharia mereceu a atenção de meu ilustre companheiro de Turma, Gen Abreu Moraes. Com ele, conheci a Bateria Sagrada, em Guarapuava, e seu rico acervo em arreamentos.

Essa abordagem precedeu a feitura de telas e painéis com temática histórico-militar. A etapa da pintura tornou as ilustrações mais valiosas, por causa da cor. Que deixa de ser arranjo pictórico, apenas, e passa a reforçar a fidelidade, para ser registro.

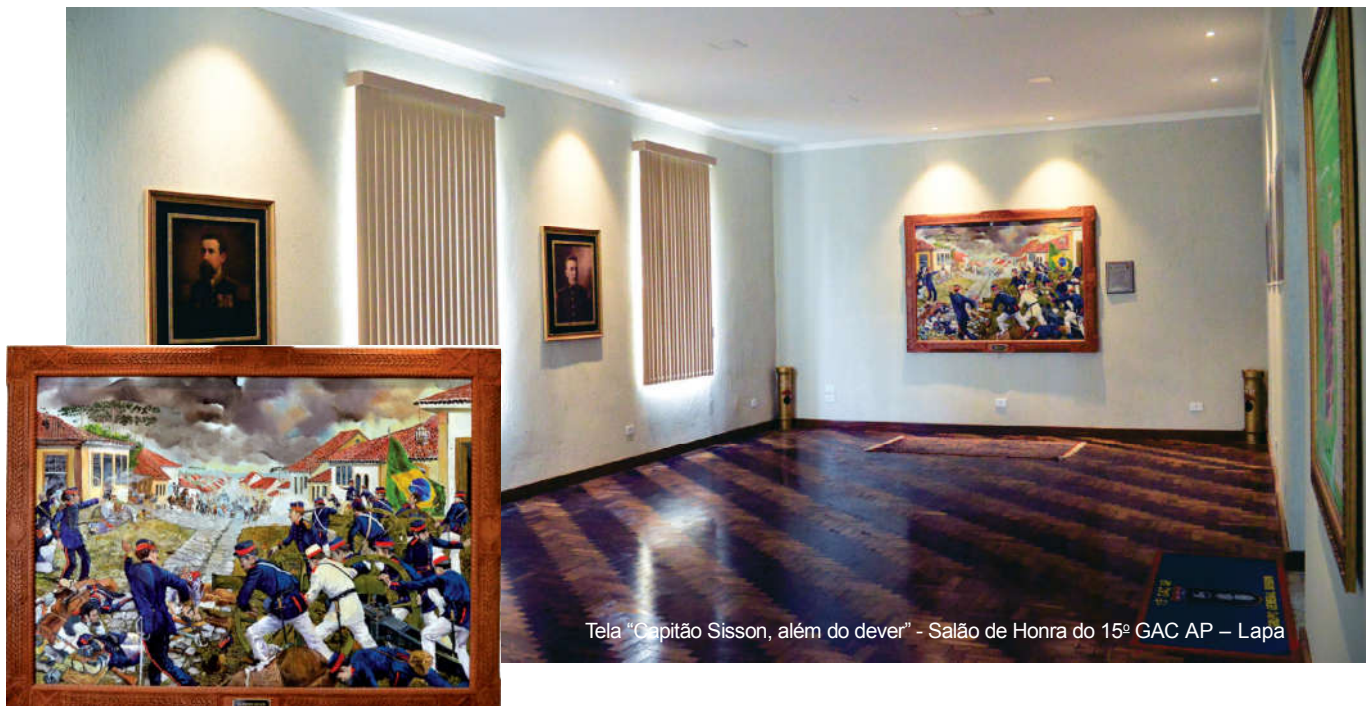
Tanto nas suas pinturas quanto em seus desenhos, é perceptível a presença inequívoca de temas, personagens e ambiências militares.

Indago, em consequência, como o artista, em V. Sa., convive com o Oficial de Cavalaria de sempre?

O fato de ser Oficial e de Cavalaria, com tantos anos na ativa, e de ter passado por diferentes Unidades, duas vezes pela AMAN, e de ter servido

no CCOMSEx, vizinho do CDoc, conferiram valiosa intimidade com nossos equipamentos, armamentos, viaturas, cavalos, arreamentos ... Com nossa história, enfim. Já na reserva e PTTC, frequentei o CDoc sob direção do Cel Manoel Soriano e, ali, convivi mais frequentemente com os desenhos, aquarelas e os dados coletados pelo famoso José Washt Rodrigues. Além de notáveis desenhos a cores de uniformes, JW Rodrigues deixou amplo glossário de designação de funções e indicativos de uniformes, armamentos, arreamentos abrangendo do período colonial aos anos de 1930. Seu acervo, guardado pelo CDoc, constitui enorme patrimônio do Exército. Talvez mereça mais divulgação, porque é inexcedível fonte de consulta para historiadores.

No aquartelamento do 15º GAC AP 155, na cidade da Lapa, no Paraná, ao entrar no salão de honra, observamos, ao fundo, um quadro de V. Sa. – “Capitão Sisson, além do dever” – um dos heróis do “Cercos da Lapa” e que nos impressiona pela beleza do cenário, na batalha final, como também a expressão dos personagens envolvidos no combate. Poderia V. Sa. discorrer sobre ele?



Tela “Capitão Sisson, além do dever” - Salão de Honra do 15º GAC AP – Lapa

Não conhecia bem o episódio. Quando solicitado a ilustrar o tema, precisei investigar detalhes na leitura disponível, primeiro passo na pesquisa de qualquer tema. Na fase de consultas, fui ao local, para apreciar o ambiente, exigência nem sempre possível. Recorri ao trabalho de Washt Rodrigues e a algumas fotos disponíveis. Para acertar uniformes, armamentos, conhecer o meio ambiente, as ruelas, o casario...

O resto fica por conta da criação mental, que vai se construindo durante as pesquisas. Cuidado, sempre, com a fidelidade, que é para contar bem a boa história.

Na Guerra da Tríplice Aliança, tivemos episódios marcantes da história do Brasil. Em diversas batalhas, desabrocharam heróis nacionais, que marcaram a ação vitoriosa do Exército Brasileiro, onde se destacaram os futuros Patronos do Exército. Sampaio foi um deles, da arma de Infantaria.

A tela da Batalha de Tuiuti nos mostra a sua coragem e a sua intrepidez enfrentando o inimigo. O que pode nos informar sobre esta pintura?

Todo o trabalho que executo, esse de pinturas e desenhos, precisa contar uma história. Fiel. Fiz as consultas de praxe, ao receber a determinação sobre a tela abordando o tema Batalha de Tuiuti e Sampaio. Material destinado à 3ª DE, a Divisão Encouraçada, herdeira do mesmo nome e comandada por Sampaio na Guerra da Tríplice Aliança. História com muitos subsídios, inclusive os relativos aos ferimentos mortais, os três balaios que vitimaram o Grande Infante. Minhas consultas foram leituras, recorridas a JW Rodrigues, o habitual.

Anos depois, visitei o sítio de Tuiuti e pude avaliar a complexidade da batalha. Terreno encharcado, terroso, capões de mato espalhados. Dá para vislumbrar a cena: milhares de homens espremidos e progredindo penosamente por onde podiam, dissociados. Atacados por todos os lados, devem ter se tornado alvos fáceis para o guarani valente, encoberto pelas macegas.

Como fiz a pintura sem conhecer o local da batalha, hoje, acrescentaria um pouco de mato ao ambiente. O detalhe não compromete o conjunto. Mas num outro quadro, ilustrando o que seria aquela passagem de Caxias por



"Batalha de Tuiuti – Sampaio em combate"
10ª Região Militar de Fortaleza - CE

Itororó, também realizado antes de conhecer o local, há comprometimento. O Arroio Itororó é um riachinho, embora profundo; a ponte sobre ele, quase uma pinguela. Um bom cavalo e um muito bom cavaleiro talvez o vencesse num salto. E eu, baseado apenas na descrição do Gen Tasso Fragoso, lida com olhos de luneta, pinteí um caudal correntoso, a cavallhada nadando através.

Resumo: essas minhas tarefas servem para contar histórias. Atentas à fidelidade. Para poderem BEM CONTAR BOAS HISTÓRIAS.

No Gabinete do Comandante do Exército, em Brasília, existem várias telas pintadas por V. Sa. Segundo informações, elas nasceram por sugestão do Secretário-Geral do Exército, General Medeiros, na época do Ministro Zenildo. V Sa. ficaria à disposição do Gabinete, dando início ao trabalho de confecção de vários quadros que iriam enriquecer a sua belíssima pinacoteca de hoje. V. Sa. Poderia nos falar sobre isso?

O Gen Antonio Medeiros era Secretário-Geral do Exército quando me determinou sugerir novo ambiente para o saguão de entrada do QG do Exército.

Conterrâneo e minha referência desde os tempos de alunos do mesmo colégio em João Pessoa, ele sempre brilhante e um ano à frente, caprichei no esboço. Seriam várias vitrines com o que de mais significativo e diferenciado ostentamos nos uniformes, como nossas manicacas, as condecorações, as espadas, os distintivos de OM etc que ele modificou para muito melhor, tornando o Salão Guararapes essa vitrine do Exército. O Gen Ex Zenildo de Lucena, Ministro do Exército, além do apoio irrestrito, pincelou detalhes, atento às suas próprias diretrizes de estímulo às medidas que fortalecessem nossa Memória. No intervalo das janelas, pinturas com cenas à moda de linha do tempo. Elaborei essas pinturas em pequena oficina montada em Igrejinha, cidade próxima a Gramado, aqui no Rio Grande. As molduras foram entalhadas, uma a uma, por talentoso artista de Igrejinha, chamado Oriovaldo Roos, que o Exército conhece por seu apelido, Galã.



Salão Nobre do Quartel General – Brasília.
Várias telas de Estigarribia em exposição permanente

Nesta entrevista, apenas mostramos alguns quadros de autoria do Cel Estigarribia. Existem muitos outros espalhados no Brasil e no exterior, e que hoje são qualificados como acervos de grande valor.



“Batalha de Guararapes”
Retrata a formação
do Exército Brasileiro
– Salão Nobre do Quartel
General - Brasília



“Rendição de Uruguaiana” – 2ª Bda C Mec

Cartas de Caxias



Marquês de Caxias - Crayon de Miranda Junior - 1997

A seguir, são transcritas duas cartas do Marquês de Caxias à época, constantes das “Coleções Especiais do Arquivo Histórico do Itamaraty”.

A primeira delas, de 19 de março de 1868, dirigida a integrantes do Conselho de Ministros, se refere à intenção do Marquês em pedir demissão do cargo de Comandante das tropas brasileiras que operavam na Guerra do Paraguai. Nesta carta, Luiz Alves de Lima e Silva retrocede da sua intenção e informa, a alguns Conselheiros, os motivos que levaram à modificação de sua atitude. Mas ficam registrados traços importantes da personalidade do nosso general.

A outra carta, endereçada, em 24 de março de 1868, ao Visconde do Rio Branco, descreve a concepção geral, que Caxias tinha, na época, para o término da Guerra do Paraguai.

Tuyú — Cuê, 19 de março de 1868

*Amos. Exm^o s. Srs. Cons. Visconde de S. Vicente, Barão de Muritiba,
Barão do Bom Retiro e José Maria da Silva Paranhos.*

Acuso o recebimento da carta coletiva que V.V.Ex^as entenderam dever dirigir-me por ocasião de haver chegado a Corte e ao conhecimento de V.V.Ex^as o pedido de minha demissão ao Governo, e é com a maior satisfação que a vou contestar fazendo-a pelo modo seguinte:

É para mim sumamente consolador que V.V.Ex^as que me honram com a sua amizade reconheçam que os fatos e circunstâncias por mim citados na carta particular que, por essa ocasião, dirigi ao Sr. Ministro da Guerra eram motivos plausíveis para a desconfiança, que assaltou o meu ânimo, compreendendo outrossim V.V.Ex^as que sem a persuasão de pleno apoio e benevolência da parte do Governo Imperial me faltaria um dos principais elementos necessários para a força moral do Comando em Chefe, de que estou revestido, e para o bom êxito da campanha que, em tão difíceis condições, foi confiada, não ao meu valor e perícia, como V.V.Ex^as bondosamente o dizem, mas simplesmente ao amor que professo a nossa Pátria querida, a minha lealdade e o meu apreço aos princípios de autoridade e de ordem, compreendendo...(rasgado)

V.V.Ex^as me fazem ainda a honra de reconhecer que, pelas razões acima expedidas, meu melindre de cidadão e soldado se deveria sentir ofendido, vendo em certos fatos da imprensa e em atos recentes do ministério da Guerra uma demonstração, que me pareceu ser de falta de confiança.

Sou o primeiro a dar as considerações que V.V.Ex^as insistem, em sua apreciável carta, todo o peso, e valor, a que elas tem indisputável direito; sei as dificuldades com que teriam de lutar o Imperador e a nação, tendo ou de mudar o Ministério, ou de dar-me substituto, mas V.V.Ex^as, como cidadãos conspícuos, que se tem sentido já nos Conselhos da Coroa, e que avaliam, em toda sua extensão, os deveres árduos do homem público em certas e determinadas circunstâncias, me farão a honra de concordar comigo, que não bastaria o que acabo de dizer para resignar-me a uma posição, que eu considerasse humilhante.

As explicações, porém, que acabo de receber não só do Exm^o Sr. Conselheiro Presidente do Conselho de Ministros, como do Sr. Ministro

da Guerra, que procurando atenuar o mau efeito, que em mim produziram...(rasgado) dois avisos dirigidos ao Coronel...(rasgado)... das Forças Brasileiras em Corrientes, declinam inteiramente de si a menor responsabilidade das apreciações a meu respeito do "Diário do Povo" e do "Anglo-Brasileiro Times", e apelam para meu cavalheirismo e amor de pátria, formaram poderoso auxiliar às observações que, como amigos e correligionários meus, fizeram V.V.Ex^{as}.

Sinto ter dado aos Srs. Ministros e aos meus amigos alguns momentos de desassossego, e não está em minhas mãos poder oferecer-lhes nenhuma outra compensação, que não seja a de lhes afirmar, que continuarei no posto de honra em que me acho, prossequindo na série nunca interrompida de sacrifícios, que estou fazendo para corresponder a essa confiança ilimitada com que parti do Rio de Janeiro, e que me assegura se manterá inabalável.

V.V.Ex^{as} sabem perfeitamente da moderação de minhas opiniões, folgo vendo, que ela é compartilhada por correligionários tão distintos e proeminentes como V.V.Ex^{as} são; e se me permitem, que, aproveitando o ensejo, eu dirija também a V.V.Ex^{as} um pedido, o farei: Entreguem V.V.Ex^{as} todo o prestígio de seus talentos, saber e virtudes para...(rasgado) interesses partidários...(rasgado)... enquanto durar a luta de honra e dignidade para o Brasil, a que fomos provocados pelo déspota Paraguai.

Recebi já o pedido de V.V.Ex^{as}; ele reporta indeclinável prova de dedicação ao Imperador e à Nação Brasileira. Aceito a mão de cavalheiros, que de novo me estendem os Srs. Ministros, identificados comigo no grande empenho de concluir esta campanha, salvando incólume o decoro nacional.

V.V.Ex^{as} dizem haver preenchido a missão, que se impuseram escrevendo-me; o Ministério fez o que a consciência de sua lealdade para comigo lhe ditou, as explicações vieram, pela minha parte de tudo me esqueço para ter só adiante dos olhos, a pátria e suas instituições, e para mim mui...(rasgado)... religião do dever.

Tais são sentimentos de V.V.Ex^{as}

Amigo e colega,
Marquês de Caxias

Esperrilho, 24 de março de 1868
Exm^o Compadre e amigo.

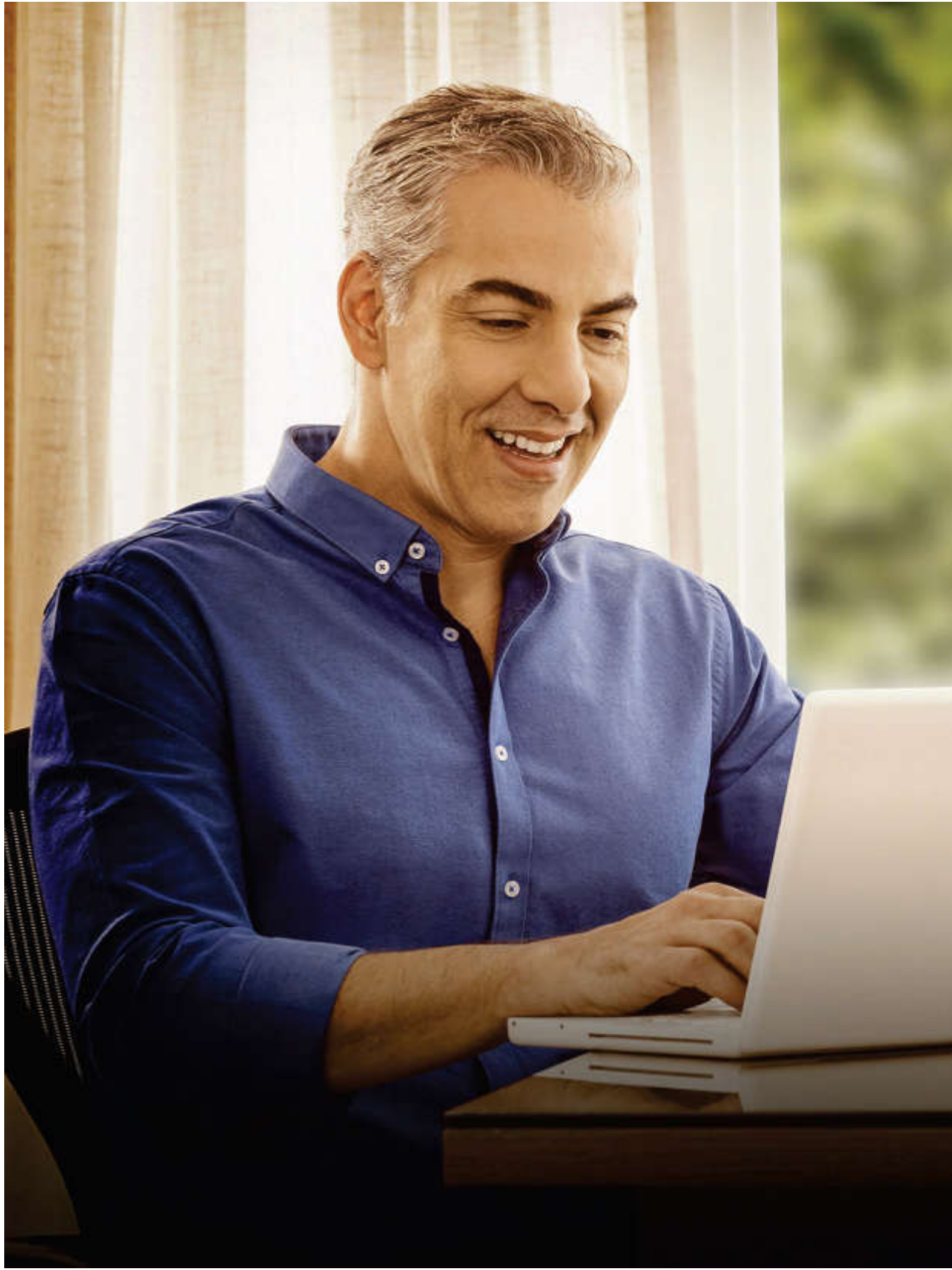
Ai vai a resposta à carta que V. Ex^a e os meus amigos me escreveram em 4 do corrente. Com que hei de continuar com a cruz, quer queira, quer não. Muito obrigado Ihes estou pela parte que tomaram neste negócio. Mas creia que fico satisfeito por serem V. V. Ex^{as} os mesmos que reconhecem a razão estava da minha parte e que eram infundadas as minhas desconfianças. O caso foi que a situação ficou mais clara.

Estou nos maiores apuros para ver se não deixo fugir todo o Exército paraguaio sem ser completamente batido. Lopes, há 20 dias que fugiu com sua (lincha?), dizem uns que para a Capital, outros para a Bolívia, mas eu ainda creio que ele pare em Tibicuarij, e que daí queira ainda fazer proposições. Veremos. O que lhe posso certificar é que o nosso Exército já ocupa o famoso quadrilátero e que os restos do Exército Paraguaio estão encerrados no Humaitá, cercado por terra e pelo rio e sem mantimentos para mais que 15 dias e, antes disso, se os meus 60 anos me permitirem, hei de fazer um ataque decisivo sobre essa posição. Já mudei a nossa base de operações do Passo da Pátria para Curupaity aonde, desde ontem, está içada a nossa bandeira.

Faça-me o favor de me por aos pés da minha Excelentíssima Comadre e me dispense de lhe dar notícias, pois estou muito atrapalhado, e com a minha cabeça cheia de Taqui, Curupaity e Tibicuari, não posso sobre mais nada pensar.

Creio que até meados do mês de abril isto estará concluído e, se não estiver, não decerto por minha culpa.

*Seu amigo e compadre,
Marquês de Caxias*



Empréstimo com Garantia Imobiliária

www.poupe.com

Sujeito à análise cadastral
Sujeito à alteração sem aviso prévio

As melhores taxas, com até 20 anos para pagar

Utilizando seu imóvel urbano quitado como garantia, você consegue um empréstimo de até 60% do valor. Organiza seu orçamento, toca seus projetos e o principal: arruma a vida de uma vez.

Consulte as normas e condições vigentes
no site www.poupex.com.br

Mais informações:

0800 61 3040

POUPEX

ASSOCIAÇÃO
DE POUPANÇA
E EMPRÉSTIMO

COMPLIANCE E GESTÃO NO TERCEIRO SETOR

José Eduardo Sabo Paes



A administração de instituições integrantes do Terceiro Setor é, em regra, complexa e se mostra um verdadeiro desafio para todos aqueles que dedicam seu tempo e conhecimento em uma tarefa que exige extrema responsabilidade e grande motivação pessoal que é trabalhar em prol de uma causa social.

Sabidamente, a legitimidade das fundações privadas, assim como das associações de interesse social ou organizações da sociedade civil, que formam o Terceiro Setor, é calcada na importância do trabalho por elas desenvolvido, o que é estratégico para o Estado que não consegue executar, com presteza e eficiência necessárias as políticas públicas essenciais.

Neste contexto de governança responsável, assume relevo a administração superior dessas entidades. Todas, quer fundacionais ou associativas, devem ter uma gestão profissional de excelência. Ademais, o fato de serem instituições sem fins lucrativos deve servir de estímulo para seus dirigentes e colaboradores, e aqui insiro, no caso das fun-

dações, os integrantes de seus Conselhos, Curador, Fiscal ou Técnico, que tenham empenho, motivação e interesse para que, de maneira efetiva, contribuam para que a entidade prospere, haja vista que seu superávit será, necessariamente, reinvestido na própria instituição e servirá para cumprir seus fins e sua missão social.

Importante destacar a indispensabilidade de que todos os integrantes da entidade conheçam, não só a missão, mas, também, a finalidade e as atividades desenvolvidas e sua forma de gestão.

A reputação e a credibilidade de uma instituição do Terceiro Setor são fundamentais, e o que se constrói tanto interna como externamente, dia a dia, na atuação e no relacionamento de seus dirigentes e colaboradores, e na interface com seus mantenedores, com a sociedade civil, com seus beneficiários e com o próprio poder público.

Tenho que o estatuto é a norma fundamental e norteadora da organização e do funcionamento da fundação. Seus preceitos apresentam a rigidez e a flexi-

bilidade necessária para resguardar a instituição, os seus fins e o patrimônio da ação do tempo e da vontade de seus órgãos de administração.

Este – o estatuto – é o preceito que norteia o bom funcionamento da entidade, a regularidade de sua gestão e a transparência de seus resultados. Há, por certo, instrumentos e normativos próprios às entidades do Terceiro Setor, que, em seu conjunto, devem ser conhecidos e obedecidos: estatutos, regimentos, regulamentos de compras, sistema de contabilidade, prestação de contas, auditoria, entre outros.

O controle é fundamental. Cada integrante de uma fundação ou associação é responsável e cada órgão é importante, detendo poderes e responsabilidades.

Hoje, mais do que nunca, se faz necessário que a entidade do Terceiro Setor esteja alinhada com as normas que envolvam suas atividades. Essa conformidade atende pelo nome *Compliance*. O termo tem origem na expressão americana *to comply*, que podemos traduzir como agir de acordo com as regras, instruções internas ou comandos.

O conjunto de procedimentos e formas de controle interno que a organização social estabelece, para que se verifique de forma constante sua conformidade em relação às normas específicas de seu campo de atuação, pode ser apresentado como um conceito de *Compliance*.

Concretamente, além de uma interação e integração de diversos órgãos de uma entidade do Terceiro Setor (fundação ou associação), deve haver no âmbito dessas entidades a preocupação de criar um setor, ou designar grupo ou comissão que esteja apto a colaborar no aprimoramento de sua gestão e no acompanhamento das normas aplicáveis ao exercício de suas atividades.

Assim, uma instituição do Terceiro Setor pode alcançar melhores resultados no cumprimento de seus objetivos, de forma a fortalecer sua credibilidade, otimizar a qualidade dos serviços prestados e aprimorar a gestão, com a criação de um sistema de *Compliance*, tudo para uma melhor governança corporativa com atuação focada em práticas de prevenção, de modo que sejam sempre bem cumpridas suas finalidades institucionais.

José Eduardo Sabo Paes

É Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Instituição que integra desde 1989, e que atuou como Promotor de Justiça, Curador de Fundações, Diretor-Geral e Procurador-Geral de Justiça. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Complutense de Madri, Espanha. É Professor do Programa de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília.

Preservação das Fortificações do Brasil

Um Balanço de 80 Anos de Proteção do IPHAN



Kátia Bogéa
Presidente do IPHAN



Andrey Rosenthal Schlee

É Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Foto - Francisco Cavalcante

Não é fácil realizar um balanço da ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no que diz respeito à preservação das fortificações existentes no Brasil. Primeiro, porque estamos profundamente comprometidos com o passado e o futuro da Instituição que completa 80 anos, em 2017. Segundo, porque o tema, embora diretamente relacionado com a constituição da Nação e com a missão do IPHAN, encontra-se pouco pesquisado. Portanto, o que vamos apresentar é uma leitura cronológica daquilo que foi feito, ou seja, o que protegemos e como estamos conservando tamanho patrimônio. Vamos apenas fornecer os dados para as avaliações “menos suspeitas”.

Mas antes das informações coletadas, é necessário visitar a historiografia sobre o

tema e verificar as obras e os autores que, de maneira pioneira, reconheceram valor naquelas antigas construções de defesa do território colonial ou nacional. Muito antes da ação do IPHAN, foram os historiadores militares os primeiros a dirigir um olhar especial para o conjunto de fortificações existentes no Brasil. Olhar distinto do puramente estratégico ou bélico. Uma sutil visada preservacionista, capaz de atribuir valor histórico e artístico a um significativo conjunto de bens. Enquadram-se nesta categoria as seguintes obras: *Fortificações do Brasil* (1881), do Tenente Coronel Augusto Fausto de Sousa, memória apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada em 1885, na revista da instituição (tomo XLVIII, 2ª parte); os artigos do General Aníbal Amorim, publi-



Restauração do Forte Orange, Pernambuco, com a participação do IPHAN

cados nos Boletins do Estado-Maior do Exército, entre os anos de 1915 a 1921; *Fortificações do Brasil*, do Capitão de Corveta Carlos Miguez Garrido, publicada em separata ao Volume III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil, do Ministério da Marinha, em 1940; e *Fortificações do Brasil*, do Coronel Aníbal Barreto, publicada pela Biblioteca do Exército Editora, em 1958. Assim, é possível afirmar que quando o IPHAN começou a atuar, ou mesmo quando consolidou sua política de proteção de um Patrimônio Nacional, sempre contou com a colaboração ou conhecimento dos especialistas das Forças Armadas do Brasil.

De janeiro de 1937 a agosto de 2017, o IPHAN classificou, via tombamento, 1241 bens¹. Estabeleceu, portanto, de forma unilateral e discricionária, o que se entendia como “patrimônio histórico e artístico nacional” ou o que se entende, atualmente, como “patrimônio cultural brasileiro”.

Embora o Brasil tenha acompanhado a discussão internacional que levou à ampliação da noção de Patrimônio – com

importante repercussão na Constituição Federal de 1988 – o principal documento legal aplicado para a proteção de bens materiais permanece sendo o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Foi ele que instituiu o “tombamento”, o ato administrativo de inscrição ou tombo de um bem em livro apropriado, e definiu seus efeitos, as limitações ao exercício do direito de propriedade, do tipo “non facere”.

Criado em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, desde o primeiro momento de sua atuação, promoveu ações de proteção do rico patrimônio militar brasileiro, constituído de centenas de fortes, fortins, redutos, casamatas e quartéis que passaremos a denominar genericamente de fortificações. Logo em 1938, foram abertos 44 processos de tombamentos de fortalezas, dos quais 24 foram tombadas, a saber: as ruínas do Forte Velho de Cabedelo (PB), o Fortim de Caetano Madeira, no Rio de Janeiro (RJ), o Forte Orange, em Itamaracá (PE), o Forte do Buraco, em Olinda (PE), o Forte das

Fortaleza de Santa
Cruz - Rio de
Janeiro. RJ



Cinco Pontas, em Recife (PE), o Forte do Brum, em Recife (PE), o portão da Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro (RJ), a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas e suas defesas anexas, em Florianópolis (SC), o Forte de Caçapava, em Caçapava do Sul (RS), a Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo (PB), a Fortaleza do Morro de São Paulo, em Cairu (BA), a Fortaleza de Santana, em Florianópolis (SC), a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, em Florianópolis (SC), a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos (SC), o Forte de São Lourenço, em Itaparica (BA), o Forte de Paraguaçu, em Maragogipe (BA), o Forte de Gragoatá, em Niterói (RJ), a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá (PR), o Forte do Pau Amarelo, em Paulista (PE), a Fortaleza da Conceição, no Rio de Janeiro (RJ), e os fortes da Gamboa, de Santa Maria, de Santo Antônio da Barra e de São Marcelo, todos em Salvador (BA).

Tais tombamentos tornaram-se fundamentais para consolidar (e exemplificar em todo o Brasil) o que se entendia como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: edificações eruditas – administrativas, religiosas ou militares – e conjuntos urbanos homogêneos, originalmente erguidos durante o

período colonial. Como contribuição efetiva para o conhecimento e a difusão de tal patrimônio, em 1940, o IPHAN publicou *Fortificações da Baía*, de J. da Silva Campos. O esforço seria ainda complementado com outras obras, a exemplo de *As fortificações e a Defesa de Salvador*, de Mário Mendonça de Oliveira (2008).

Como anteriormente informado, ao longo de seus 80 anos, o IPHAN acautelou, via tombamento, um total de 1241 bens, entre os quais 68 fortificações (aproximadamente 6% do total), sendo 56 protegidas isoladamente e 12 em conjunto com outros bens. Desse universo, é possível destacar a sua distribuição nacional, a variedade tipológica, a dificuldade de acesso, a heterogeneidade no estado de conservação e a diversidade de usos – além da diversidade quanto ao acervo, incluindo o material de artilharia (estão protegidas oito fortificações com acervo de bens móveis)². Além das fortificações propriamente ditas, duas coleções de artilharia encontram-se tombadas: a do Museu de Armas General Osório e a do Museu de Armas Sérgio Ferreira da Cunha.

Das 68 “fortificações” protegidas pelo IPHAN, 42 (62%) foram tombadas durante a gestão do advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade (de 1937 a 1967). Além

das 243 já listadas, foram também acauteladas: a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói (RJ), a Fortaleza de São Tiago ou São João, em Bertioga (SP), o Forte dos Reis Magos, em Natal (RN), o Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO), a Fortaleza de São José de Macapá, em Macapá (AP), o Forte de Barra Grande, no Guarujá (SP) – incluindo o Fortim da Praia de Góis e o Portão Espanhol –, os remanescentes do Forte de São Mateus, em Cabo Frio (RJ), o Conjunto do Outeiro de Santo Antônio da Barra e o Forte de São Diogo, em Salvador (BA), o portão da Fortaleza de São José, no Rio de Janeiro (RJ), o frontispício da Capela da Fortaleza de São José, no Rio de Janeiro (RJ), o Forte de Santo Antônio, em Gurupá (PA), o Forte Defensor Perpétuo, em Parati (RJ), a Fortaleza do Barbalho, em Salvador (BA), o Forte de São Pedro, em Salvador (BA), o Forte de Monte Serrat, em Salvador (BA), a Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE), o Forte do Castelo, em Belém (PA), o Forte de São Felipe, no Guarujá (SP) e o Forte de São Sebastião, inserido no tombamento de Alcântara (MA).

A partir de 1967, ano da aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, poucos foram os presidentes do IPHAN que priorizaram ações de acautelamento especificamente voltadas para as fortificações. O arquiteto Renato Soeiro (de 1967 a 1979), por exemplo, tombou apenas cinco: as edificações que compõem o Forte de Coimbra, em Corumbá (MS), as ruínas do Forte de Santo Antônio, em São Luís (MA), as fundações do Forte de Santa Tecla, em Bagé (RS), o baluarte de São Luís, inserido no tombamento de São Luís (MA) e os remanescentes da fortificação do Sítio de Trindade, em Recife (PE).

De 1979 a 2016, sucederam-se 17 presidentes, quando foram tombadas mais 22

fortificações (aproximadamente 32% do total): a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza (CE), o Forte de Santa Bárbara, em Florianópolis (SC) e o Forte de São Francisco ou do Queijo, em Olinda (PE), o conjunto do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ), novamente as ruínas do Forte do Buraco, em Olinda (PE),



Museu de Armas Antigas Sérgio Ferreira da Cunha - Petrópolis. RJ

as ruínas do Forte de Vera Cruz ou do Calvário, em Rosário (MA), o Forte da Vila dos Óbidos, em Óbidos (PA), a Base Fluvial de Ladário, em Ladário (MS), o Forte Junqueira, em Corumbá (MS), o Quartel General de Gurjão, em Óbidos (PA), os vestígios do Forte da Serra da Escama, em Óbidos (PA), o Forte de São Joaquim do Rio Branco, em Bonfim (RR), a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em Florianópolis (SC), o Forte Marechal Moura, inserido no tombamento da Fortaleza de Nossa Senhora de Araçatuba, o Forte de São Pedro Nolasco, inserido no tombamento da Cidade Velha e Campina, em Belém (PA), e o sistema defensivo do arquipélago de Fernando de Noronha (PE).

Forte São Marcelo -
Salvador, BA



Em relação às ações de identificação e conservação, ao longo dos anos de 1980, por meio da Fundação Pro-Memória, foi desenvolvido o projeto de levantamento cadastral das fortificações até então protegidas. Tal trabalho permitiu, e ainda tem garantido, ações isoladas de consolidação ou restauro de fortificações.

Em 2000, durante a 27ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, foi aprovada a averbação, nos Livros de Tombo, dos acervos de artilharia pertencentes às fortificações tombadas. Como consequência, no mesmo ano, foi publicado o *Manual de Preenchimento da Ficha de Inventário Nacional de Material de Artilharia*.

A importância do sistema de defesa edificado ao longo dos séculos, no Brasil, e o conhecimento acumulado a respeito de tais construções fizeram com que, em 2008, o IPHAN considerasse a possibilidade de

incluir na Lista Indicativa para Patrimônio Mundial (UNESCO) um conjunto de 41 fortificações associadas como um único bem. Tal proposta desdobrou-se na promoção de eventos de articulação e estudo, entre os quais o importante *Encontro Técnico: “Conservação e Uso das Fortificações Brasileiras”* (2008), promovido em parceria entre o IPHAN, Exército e Marinha. Como resultado, foi aprovada a realização de um Programa de Preservação de Sítios e Fortificações; recomendada a continuidade do inventário do material de artilharia; e proposta a execução de um estudo que abrangesse o tombamento do conjunto das fortificações brasileiras.

Das três propostas, apenas a instrução de processo de tombamento evoluiu. Trata-se do *Processo 1613-T-2010: Conjunto das Fortificações Brasileiras*, incluindo 27 novos bens, dos quais sete foram provisoriamente tombados ainda em 2010 e aguardam pela homologação ministerial: o For-



Forte de Coimbra -
Corumbá, MS

Acervo - FUNCEB

te da Vila de Óbidos (PA), com 13 canhões; o Forte da Serra da Escama (PA); o Quartel General Gurjão (PA), com quatro canhões; as ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário (MA); os vestígios do Forte de São Joaquim do Rio Branco (RR), com seis canhões; o Forte Junqueira (MS) e a Base de Ladário (MS), com 15 canhões.

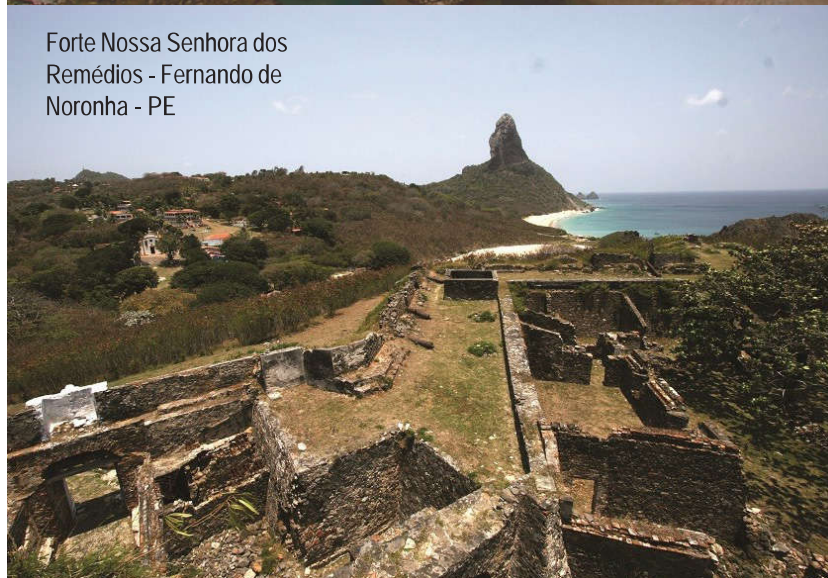
Em 2013, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, *PAC Cidades Históricas*, que, desde então, vem sendo executado em 44 cidades de 20 Estados da federação. O investimento em obras de restauração originalmente previsto era de R\$ 1,6 bilhão, destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, entre os quais nove ações – R\$ 60,54 milhões (2013) – voltadas para a recuperação de fortificações: a restauração dos fortes de São Marcelo, em Salvador (BA), São Paulo da Gamboa, em Salvador (BA), Reis Magos, em Natal (RN) e Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE); a requalificação da Fortaleza de São Luís, em São Luís (MA); a

restauração do Fortim de São Francisco, em Olinda (PE); a conservação e revitalização dos fortes de Nossa Senhora dos Prazeres e São Pedro do Boldró, ambos em Fernando de Noronha (PE); e a restauração do sistema de fortificações da Ilha de Santa Catarina (SC).

Contando, com a consultoria especializada do servidor Adler Homero Fonseca de Castro, em 2015, o IPHAN atualizou a Lista Indicativa para Patrimônio Mundial (Unesco), finalmente incluindo o bem seriado *Conjunto de Fortificações do Brasil*. Segundo justificativa então formulada, o conjunto de fortificações do Brasil apresenta-se como um testemunho material único de um contato produzido entre diferentes culturas do Velho e do Novo Mundo. As fortificações, edificadas em resposta a esses contatos, marcam o sucesso de uma fórmula singular de ocupação do território, em que os moradores do Brasil tiveram um papel mais fundamental do que a ação dos governos das metrópoles do Velho Mundo, ao contrário do que ocorreu



Forte Reis Magos -
Natal, RN



Forte Nossa Senhora dos
Remédios - Fernando de
Noronha - PE



Forte do Presépio -
Belém, PA

em outras colônias europeias no resto do mundo. As construções feitas com o objetivo de garantir a posse e a segurança dos novos territórios formam um conjunto sem semelhança a outros sistemas fortificados edificados no mesmo período em outros lugares do mundo, tendo um importante papel na ocupação territorial da América do Sul. Ao todo, foram consideradas 19 fortificações, a saber: a Fortaleza de São José, em Macapá (AP), o Forte Coimbra, em Corumbá (MS), o Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO), a Fortaleza dos Reis Magos, em Natal (RN), o Forte de Santa Catarina, em Cabedelo (PB), o Forte de Santa Cruz (Forte Orange), em Itamaracá (PE), o Forte São João Batista do Brum, no Recife (PE), o Forte São Tiago das Cinco Pontas, no Recife (PE), o Forte de Santo Antônio da Barra, em Salvador (BA), o Forte São Diogo, em Salvador (BA), o Forte São Marcelo, em Salvador (BA), o Forte de Santa Maria, em Salvador (BA), o Forte de N. S. de Monte Serrat, em Salvador (BA), a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói (RJ), a Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro (RJ), a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá (SP), o Forte São João, em Bertioga (SP), a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos (SC) e o Forte de Santo Antônio de Ratonés, em Florianópolis (SC).

Recentemente, colaborando com a Superintendência do IPHAN no Amapá, o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização produziu o *Plano de Conservação da Fortaleza de Macapá* (2016), desenvolvendo metodologia específica aplicada ao tema. O plano de conservação visa a sistematizar o conhecimento fundamental para a conservação do bem e estabelecer o conjunto de ações e procedimentos necessários, organizados no tempo, considerando o estado atual de conservação do

mesmo, o uso existente ou pretendido e os valores a serem preservados (conforme expressos no seu processo de tombamento).

Os Planos de Conservação (a serem elaborados para todas as fortificações) devem considerar, pelo menos: a descrição do bem, histórico de intervenções, avaliação do estado de conservação, regulamentação de uso e ocupação, diretrizes de intervenção, plano de ação para ações de conservação e restauração, especificação de ciclos de manutenção e conservação e matriz de responsabilidades. Os planos de conservação devem ser construídos, garantindo a participação dos gestores responsáveis pelo bem, assim como devem ter estratégias de disseminação que possibilitem sua aplicação pelos responsáveis pela sua conservação e manutenção cotidianas. Por seu caráter dinâmico, necessitam atualização permanente, a partir do seu monitoramento e avaliação dos mecanismos de gestão aplicados.

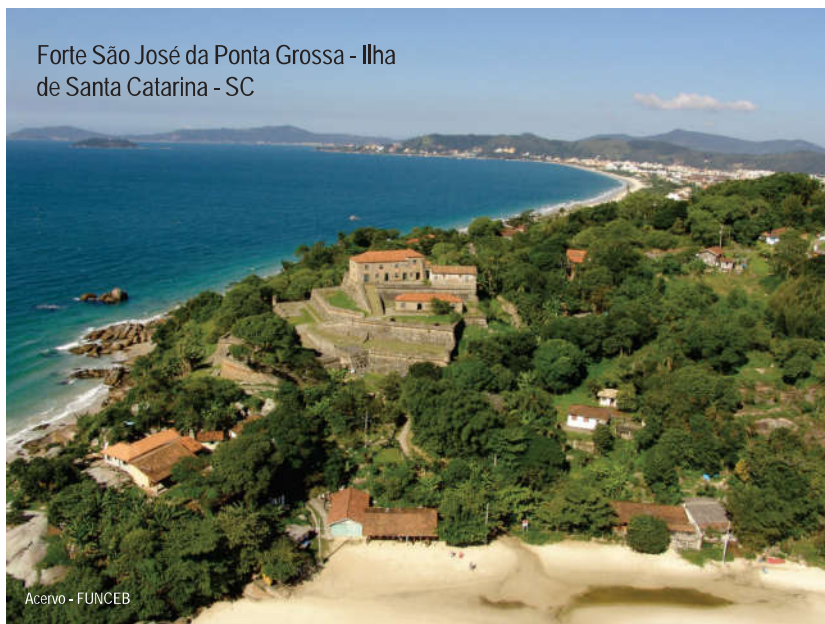
Como um último ato a demonstrar que o IPHAN segue firme em sua missão — a par de tantas dificuldades pelos quais passa a Autarquia Federal —, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em sua última reunião, aprovou o tombamento do Conjunto Histórico da Ilha de Fernando de Noronha (PE), incluindo os remanescentes do Forte ou Fortim de Santo Antônio, o Reduto de Santana, dentro da área tombada da Vila dos Remédios, o Fortim de Nossa Senhora da Conceição, Fortim de São Pedro do Boldró. Ou seja, aos 80 anos de idade, a Instituição demonstra um vigor jovial, de quem não se resigna. De quem deseja continuar a defender, preservar e salvaguardar o patrimônio do povo brasileiro.

Notas

¹ Fonte: DEPAM/IPHAN. Dados levantados por Cláudia Bastos do Nascimento.

² Cabe informar que há processo para a proteção do acervo da Fortaleza de São José de Macapá.

³ O Forte do Buraco foi tombado, destombado e, novamente, tombado.



Kátia Bogéa

Presidente do IPHAN

Nascida em Lagarto (SE), é graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (1984) e especialista em Historiografia Brasileira e Regional pela Universidade de São Paulo (1988). Desde novembro de 1979, radicou-se no Maranhão, atuando exclusivamente em atividades na área do patrimônio cultural, ao entrar como estagiária em 1980 na recém-criada Superintendência Regional do IPHAN, onde dedicando toda a sua vida profissional à pesquisa do patrimônio maranhense e ao trabalho de preservação e proteção do Centro Histórico de São Luís e Alcântara. Ocupou o cargo de Superintendente do IPHAN no Maranhão no período de 2003 a 2015. Durante sua gestão, juntamente com a equipe técnica da instituição, articulou o PAC Cidades Históricas junto à Prefeitura de São Luís. Na área do patrimônio imaterial, realizou o registro do Tambor de Crioula e do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi.

Andrey Rosenthal Schlee

É Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1987), mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1999). É professor Titular da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Arquitetura, com ênfase em História da Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos temas: preservação do patrimônio cultural, arquitetura brasileira, arquitetura no Rio Grande do Sul e arquitetura e urbanismo em Brasília. Dedicar-se também à melhoria do Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Foi Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (2004-2011). Atualmente é Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico do IBRAM e Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2.



UMA REALIDADE BRASILEIRA:

EE-9-CASCADEL EM COMBATE NA LÍBIA E IRAQUE 2015 – 2017

Expedito Carlos Stephani Bastos

INTRODUÇÃO

O ENGESA EE-9-Cascavel começou a ser desenvolvido em 1970, numa parceria que envolveu o Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar – PqRMM2 e a Engenheiros Especializados S/A – ENGESA, ambos sediados em São Paulo - SP.

Produzido durante 18 anos (1975/1993), este blindado sobre rodas 6x6, concebido para operações de reconhecimento e segurança, teve como maior trunfo a simplicidade. Durante o projeto, foi eliminada qualquer sofisticação desnecessária, utilizando-se, ao máximo, as peças produzidas pela então indústria automotiva brasileira, que o tornou um carro robusto, fácil de operar, com manutenção simples e barata. Sua mobilidade foi outro ponto positivo graças à então suspensão “boomerang”, capaz de realizar manobras rápidas em qualquer tipo de terreno, mantendo as rodas traseiras sempre em contato com o solo. Também pode alcançar velocidades elevadas, cobrindo grandes distâncias em

pouco tempo. Considerado um excelente veículo na sua categoria, possui um eficaz poder de fogo, em razão de seu armamento localizado na torre onde opera um canhão de 90mm e sistemas de direção de tiro, com uma eficácia acima da média. No início de sua produção seriada, era equipado com canhão 62 F1 e torre, ambos de origem francesa, sendo que, a partir da versão M-2S3, passou a usar canhão e torre de concepção brasileira, modelo EC-90 com canhão de 90mm e metralhadora 7,62mm.

Sua produção em todas as versões alcançou um total de 1738 unidades, exportadas a doze países, sendo o blindado nacional de maior sucesso. Como curiosidade, seu custo unitário, em 1988, era da ordem de US\$243.000,00 (versão motor Mercedes-Benz) e US\$258.000,00 (versão motor Detroit diesel).

Seu batismo de fogo se deu em 1977 e continua em operação em diversos conflitos na África, Oriente Médio e América do Sul.

EE-9-Cascavel M4 da 26 Brigada Al-Abbas sobrevivendo a um ataque de um VBIED (Dispositivo Explosivo Veicular) do ISIS/Daesh, neutralizado por um tiro de T-55 da mesma unidade, em 22 de fevereiro de 2017, nos arredores da aldeia Alshaji no Iraque. (Crédito da foto: Al-Abbas Squad)



EE-9-Cascavel
M4 da Brigada
26 Al Abbas
(Iraque),
utilizando saias
laterais nas
rodas traseiras,
metralhadora
dupla ZPU-2 de
fabricação russa
e calibre
14,5mm, no
lugar do canhão
Engesa EC-90
de 90mm,
operando na
área de Mosul,
em 23 de janeiro
de 2017. (Crédito
da foto: Iman Al-
Holy Shrine)

DESENVOLVIMENTO

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil possuía uma Base Industrial de Defesa com grande capacidade produtiva. Na época, acreditava-se que o blindado ENGESA EE-9-Cascavel teria um futuro promissor, em razão de seu desenho, custo e produção.

O EE-9-Cascavel, que no momento atual completa 40 anos de combates reais, tornou-se um dos ícones da indústria de defesa mundial.

Existiam, naquele momento, no país, diversas empresas produtoras de materiais voltados para a atividade militar, desde uniformes a carros de combate de diversos tipos e modelos, concebidos, em sua grande maioria, dentro de unidades militares voltadas para o estudo de projetos e até para a concepção dos protótipos, o que muito beneficiou as empresas privadas brasileiras.

Sem dúvida, a de maior êxito foi a ENGESA – Engenheiros Especializados S/A, não desmerecendo as demais.

A ENGESA foi capaz de absorver todos os estudos vindos da área militar e criar os principais produtos militares brasileiros, muitos inclusive exportados, de caminhões a blindados. Seu corpo técnico era extraordinário e estava muito à frente de seu tempo nas inovações e nos conceitos e que, atualmente, são empregados por diversos países, com sucesso extraordinário.

O Grupo ENGESA chegou a ter 11.000 empregados, dos quais 600 eram técnicos, projetistas e engenheiros. Só a parte de Engenharia de Pesquisas – ENGEPEQ absorvia 220 deles. Porém, o “Império” ruiu em razão de uma série de fatores que vão desde a má administração e gestão, a problemas econômicos vividos pelo país, no início da década de 1990. Alguns dos projetos eram modernos demais e não foram bem compreendidos e assimilados pelas Forças Armadas Brasileiras.

Na área de blindados sobre rodas, o maior sucesso de vendas foi, sem dúvida, o EE-9-Cascavel, desenvolvido inicialmente



EE-9-Cascavel M-4 da Brigada 26 Al-Abbas, utilizando, no lugar do canhão Engesa EC-90 de 90 mm, um canhão russo de 73mm modelo 2A28 Grom, oriundo de uma BMP-1 ou BMD-1, com saias laterais de proteção, operando na região de Mosul, Iraque, em 14 de agosto 2017. (Crédito da foto: Al Abbas Squad)

no Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar - PqRMM/2, em São Paulo, cuja produção total, incluindo todas as suas versões, alcançou a cifra de 1738 unidades, das quais o maior comprador foi o Exército Brasileiro com 409 unidades, seguido da Líbia (400), do Iraque (364), da Colômbia (128), de Chipre (124), do Chile (106), de Zimbábue (90), do Equador (32), do Paraguai (28), da Bolívia (24), do Uruguai (15), do Gabão (12) e do Suriname (6).

Vale salientar que a Engequímica, subsidiária da ENGESA S/A, antiga FEEA – Fábrica de Estojos e Espoletas, atual Imbel FJF – Fábrica de Juiz de Fora, quando sob administração do Grupo ENGESA, nos anos 1980, produziu mais de um milhão de munições 90mm, a maioria para exportação. Somente para o Iraque foram mais de quatrocentas mil unidades, largamente empregadas em combates.

Outro ponto que merece destaque foi a solução encontrada pela ENGESA ao comprar o projeto do canhão 90 mm Cockerill Belga, enviando para o exterior engenheiros para aprender como fabricá-lo, bem como adquirir as máquinas necessárias para sua produção. A partir daí, foi produzido em larga escala no país, ultrapassando a casa dos dois mil. Aqui cabe ressaltar que aquele projeto tinha muitos erros em seu desenho, os quais o corpo técnico da ENGESA conseguiu corrigir da pior maneira, logo após a apresentação do defeito.

Dentre as modificações, foi necessário ainda redefinir a cinemática da culatra. Uma nova câmara do mecanismo de recuo, passando de 500mm para 300mm, foi desenvolvida com o objetivo de utilizar a Torre 90 na viatura Urutu. Outra modificação importante foi rea-



lizada no freio de boca para que pudesse atirar com a munição APFSDS 90 (Flecha), que foi desenvolvida pela Engequímica de Juiz de Fora, MG, chegando à configuração de um lote piloto, testado e aprovado, mas nunca produzido seriamente.

TESTADO EM COMBATES REAIS

Os veículos EE-9-Cascavel cumpriram muito bem as missões que lhes foram atribuídas. Seu batismo de fogo se deu na Líbia, em 1977, contra tropas egípcias onde, pela primeira vez, houve um contra ataque usando os EE-9-Cascavel recém-adquiridos, que destruíram por completo as forças invasoras, despertando, desta maneira, grande interesse dos líbios e dos iraquianos, motivo este, que nos levou a fornecê-los em grande quantidade ao Exército de Saddam Hussein, então visto com bons olhos, principalmente pelo Ocidente.

No Iraque, tiveram seu batismo de fogo em plena guerra contra o Irã (1980/88), onde foram empregados com relativo sucesso, devido à forma de utilização, pois o Exército Iraquiano nunca foi doutrinado em guerra de movimento, passando a usar os EE-9 Cascavel de três formas:

EE-9-Cascavel M4 da Brigada 26 Al-Abbas (Iraque) utilizando além do canhão de 90 mm, um lançador de foguetes chines instalados sobre a torre, calibre 107 mm, munição HE, com quatro tubos lançadores formando uma seção de quatro. (Crédito da foto: Al Abbas Squad)



Três EE-9-Cascavel M4 da Brigada 26 Al-Abbas, em 21 de agosto de 2017, operando conjuntamente com alguns ícones da indústria de defesa de países tradicionais na produção de equipamento militar, como o M1A1 Abrams, de fabricação americana, da Nona Divisão do Exército Iraquiano, bem como o carro de combate T-55, viatura blindada de transporte de pessoal sobre lagarta BMP-1, de fabricação russa. (Crédito da foto: Al Abbas Squad)

como proteção de flancos das unidades blindadas, como veículos de reconhecimento, razão principal de sua existência e como artilharia, enterrados no chão.

A ENGESA estava no caminho certo, tinha sérios problemas de administração e gerenciamento e uma grande dívida, que poderiam ter sido sanados, mas o nosso maior erro foi a falta de visão estratégica que infelizmente levou que ela desaparecesse por completo, tendo pedido concordata, em 1990, e decretada sua falência em 1993. Boa parte de todo o conhecimento, ali desenvolvido e adquirido, foi perdido por completo.

O curioso de tudo isto é que, passados vinte e quatro anos, desde o fechamento definitivo da empresa, que produziu o Cascavel seriadamente, em diversas versões e séries, eles continuam em plena atividade, no Brasil e exterior, participando de combates reais, e, em alguns casos, com diversas modificações que nem sequer teriam sido previstas ou pensadas, obtendo resultados importantes para seus operadores, tanto em regiões desérticas e habitadas, quanto combatendo em área urbana, o pesadelo de qualquer veículo blindado. Seus conceitos ainda são relativamente modernos para os dias atuais, embora com alguma defa-

sagem tecnológica, mas estão cumprindo com louvor a missão para a qual foram projetados.

Eles são os símbolos de uma época em que possuíamos capacidade de criar e produzir nossos próprios veículos blindados, suprimindo nossas necessidades operacionais e estratégicas, e, ainda, favorecendo a nossa balança comercial em exportações. Possuíamos projetos que poderiam muito bem substituí-los, mas que simplesmente foram descartados e sucateados, como fizeram com a própria empresa, assim como todo o seu acervo.

NO IRAQUE

No Iraque, ao contrário da Líbia, percebemos que as modificações empreendidas nos blindados EE-9-Cascavel foram mais elaboradas, pois ficou incumbida uma unidade que possuía um corpo de engenharia, supervisionado pelo Professor Zia Hasnawi, onde cada modificação foi pensada, elaborada, testada e posteriormente experimentada na frente de combate para se avaliar a sua real viabilidade e eficácia, tudo isto a cargo da Brigada 26 Al-Abbas.

Interessante notar que algumas modificações só foram aplicadas em um único veículo e não resultaram em adoção ou melhorias, como por exemplo, o caso de se acoplar um canhão de 106mm sem recuo, de origem americana modelo M40A1 sobre o canhão original de 90mm, tudo na mesma torre, que aparece junto a outros dois EE-9-Cascavel em uma demonstração, embora todos os três veículos possuíssem saias laterais, frontais e traseiras que protegem seus pneus e rodas, com uma camuflagem padrão em dois tons, sendo as manchas em verde sobre um fundo

areia acinzentado. É possível notar ainda que um dos veículos possui um conjunto de lançadores de foguetes chineses de 107mm com quatro tubos em paralelos, montados sobre a torre do veículo, podendo ser operado a partir da escotilha do comandante do veículo.

Notamos também que, pelo menos um, sofreu modificações do canhão original Engesa de 90mm, substituído por um de 73mm 2A28 Grom, de procedência russa, retirado de um blindado sobre lagartas modelo BMP-1 ou BMD-1.

Uma modificação bem estranha foi a realizada em outro EE-9-Cascavel, que teve seu canhão original de 90 mm retirado da torre, sendo esta recortada na sua parte de cima e traseira, sendo inserido um assoalho no seu interior e sobre ele foi acoplado um canhão de 106mm M40A1, o qual recebeu na parte frontal e lateral chapas de aço como uma proteção e na parte traseira outra chapa que funciona como uma porta, sendo a mesma aberta no momento em que o canhão é municiado e disparado, ficando o seu operador na parte externa da torre. Esse veículo aparece com dois tipos de camuflagem, sendo uma delas o padrão do Exército Iraquiano de 2008 e logo, em seguida, com camuflagem areia e manchas verdes, com saias laterais, frontais e traseira, como forma de proteger suas rodas.

Outra modificação curiosa aparece em apenas um veículo lançador de foguetes com doze tubos no calibre de 107mm, montados sobre a torre do veículo e protegidos por chapas de aço nas laterais, das quais a parte frontal e a traseira funcionam como portas, que são abertas no momento do disparo. Neste veículo foi mantido o canhão original de 90mm.



O padrão mais clássico e frequente de modificação, usado principalmente nos combates ocorridos nos anos de 2016 e 2017, foi a substituição do canhão por metralhadoras russas, com um tubo ou dois, modelo ZPU-1 e 2 no calibre 14,5mm, em veículos que não possuem saias laterais e em outros que as possuem, protegendo as seis rodas ou apenas as duas traseiras.

Nos combates em que a Brigada 26 Al-Abbas participou como parte de uma grande força que envolvia mais de quarenta milícias, em sua maioria xiitas, com algumas sunitas, combinada com o Exército Iraquiano, na libertação da cidade de Mosul e arredores, ocupada desde 2014 pelo ISIS/Daesh, é possível vermos um EE-9-Cascavel com saias protetoras laterais, frontais e traseiras, o qual teve seu canhão de 90mm substituído por uma metralhadora russa DShK (Dushka) no calibre 12,7mm, com um suporte metálico, que substitui o mantelot, que contém um vidro blindado, facilitando, assim, a visão do atirador do interior do veículo. Em todas as versões do Cascavel com metralhadora, existem o vidro blindado, variando apenas o acabamento.

Outra modificação ilustrativa é o uso de diversos escudos protetores para

EE-9 Cascavel M-4 armado com uma metralhadora russa ZPU-1 de 14,5mm, no lugar do canhão de 90mm, participando da ofensiva para a retomada da cidade de Mosul, em 22 de fevereiro de 2017. (Crédito da foto: Al-Abbas Squad)



Dois EE-9-Cascavel M-4 da Brigada 26 Al-Abbas, utilizando saias laterais, uma grande torreta sobre a torre principal com metralhadora russa DShK (DUSHKA) calibre 12,7 mm, em operação de limpeza das aldeias ao sul de Mosul, em 13 de novembro de 2016. (Crédito da foto: War Media Team)

a metralhadora do atirador, existentes sobre a torre do canhão 90mm, que, em muitos veículos, apenas foram acrescentados. Já em outros, a torreta original foi removida e substituída por outras bem maiores e mais altas com diversas configurações, mas todas mantendo o uso de metralhadora pesada DShK (Dushka) de calibre 12,7mm.

Alguns blindados Cascavel também receberam, sobre o canhão de 90mm, duas metralhadoras geminadas russas ZPU-2 de 14,7mm com um escudo protetor, que podem ser disparadas pelo motorista ou, em alguns casos, por um da guarnição, interna e externamente.

Esses veículos sempre operam como uma seção (duplas), conjuntamente aos demais veículos que compõem a unidade, dando proteção à infantaria que os acompanha em grupo de oito a doze homens. Em outros tipos de emprego, cobrem os flancos dos carros de combate T-54 e T-55 ou, ainda, dão cobertura de fogo para as tropas que estão prestes a ocupar aldeias e vilas.

É fascinante notar que os veículos EE-9-Cascavel, mesmo com saias laterais, frontais e traseiras, não perderam sua mobilidade e maneabilidade, o que pode ser observado em diversos vídeos que os

mostram em plena operação, tanto em estradas como no terreno acidentado, onde demonstram toda a sua agilidade, nos momentos de ação. Normalmente, são transportados em carretas para a linha de frente junto com os demais veículos blindados da unidade.

O EE-9-Cascavel é um veículo empregado na varredura e limpeza de aldeias, em razão de sua mobilidade e velocidade, dando apoio de fogo aos carros de combate T-54 e T-55, ao veículo blindado multitarefas MT-LB e na proteção à progressão da infantaria, sendo que, neste emprego, são utilizados como uma seção de combate, ou seja, operando com dois veículos.

Ao longo da progressão de toda a tropa, uma seção de engenharia com máquinas se faz presente, pois ao receber contato forte com o inimigo, essas máquinas imediatamente constroem um “baluarte” com montanhas de terra ou areia como forma de proteger os demais veículos e tropas, ficando ambos protegidos do fogo direto de armas pessoais e anticarro, podendo os carros de combate e demais veículos e tropas responderem ao fogo imediatamente. Após intervenção aérea ou fogo de artilharia que reduz a capacidade de fogo do inimigo, principalmente as armas anticarro, as máquinas abrem brechas no “baluarte” para que a progressão dos veículos continue, sendo que cada veículo é acompanhado por grupos de combate em torno de 8 a 12 homens que seguem sob a cobertura do veículo blindado, tendo o cuidado de só se movimentar no rastro dos veículos, evitando assim minas terrestres e IEDs (Artefato Explosivo Improvisado). Os carros de combate vão à frente, seguidos dos EE-9-Cascavel que cobrem os flancos,

podendo, em razão de sua mobilidade, efetuar manobras de cerco e neutralizar possíveis ataques.

Chegando às cercanias das aldeias, a infantaria progride para fazer o reconhecimento no seu interior, realizando, se necessário, o combate casa a casa, apoiado pelo fogo dos veículos blindados. Estes não entram diretamente nas aldeias, fazendo-o somente após a limpeza pelos grupos de combate.

Sua experiência tem sido alvo de distinta consideração, tanto que nas operações para a retomada de Mosul, em 2016 e 2017, como na tomada de Tal-Afar, em agosto/setembro de 2017, eles operaram com outras brigadas e também com o Exército Iraquiano.

NA LÍBIA

Em relação ao Iraque, o uso do EE-9-Cascavel na Líbia é bem mais complexo, pois ele atuou em área urbana, dando apoio aos carros de combate mais pesados e a veículos de transporte de tropas, que se movimentam ao longo de avenidas largas ou em ruas estreitas, nas principais cidades líbias, como Sirte, Misrata, Trípoli, Bengasi e outras.

Atuam no ataque direto a integrantes do ISIS/ Daesh, que dominam grandes áreas dentro das cidades mais importantes e de onde precisam ser deslocados ou mesmo neutralizados como forma de acabar com seu domínio e ocupação de áreas compostas por bairros muito bem construídos do ponto de vista urbanístico.

Inicialmente, o uso de drones é de vital importância para a localização dos combatentes do ISIS/Daesh e seus veículos bombas que se encontram escondidos nos mais variados pontos de prédios e residências. Uma vez localizados e



identificados, permanecem sendo monitorados e imediatamente um grupo de milícias, apoiado por integrantes do Exército Líbio, iniciam a operação de deslocamento das forças.

Como a região é muito plana e, na maioria das vezes, são ruas e avenidas pavimentadas, fica muito difícil criar os “batalhões” com terra e areia, como no Iraque. Portanto, a solução concebida foi

EE-9-Cascavel M3-S2 (Líbia) operando junto a um carro de combate de fabricação russa T-72 durante a tomada da cidade de Sirte, em novembro de 2016. (Crédito da foto: Misrata TV)



EE-9-Cascavel M3-S2 (Líbia) todo pintado de preto e com saias de proteção laterais, frontal e traseira, confeccionadas em chapas de aço, as quais podem ser abertas para acesso aos pneus, operando na cidade de Sirte em 22 de novembro de 2016. O interessante é que sua mobilidade não foi prejudicada. Nas laterais pintados em branco: Batalhão Al-Jazira. (Crédito da foto: Misrata FM 99.9).



Uso do EE-9-Cascavel M3-S2 (Líbio) em ambiente urbano, dando cobertura à infantaria e aos carros de combates T-72 e T-55, além de outros veículos blindados, atuando rapidamente para neutralizar posições inimigas do ISIS/Daesh. Notar que o mesmo está recebendo uma proteção de saias laterais, aqui no caso apenas a estrutura. (Crédito da foto: Misrata TV)

Uso do EE-9-Cascavel M3-S2 muito criativa: a utilização de containers vazios, que são carregados por pás, empurrados por tratores de lagartas blindados ou não e até mesmo rebocados por obuseiro autopropulsado Palmária de 155mm e M-109 e carros de combate T-54 - 55 e 72. Os mesmos são posicionados como barreiras que fecham as grandes avenidas, impedindo não só os tiros do inimigo, como também evitando os carros bombas com grande quantidade de explosivos que podem vir em sua direção, pilotados por suicidas do ISIS. Quando os veículos blindados sobre rodas, lagartas e as pick-up Toyotas armadas com metralhadoras pesadas em sua carroceria estão posicionadas, um container é retirado e inicia-se o avanço, sendo, às vezes, os containers puxados por aqueles blindados, dando proteção à infantaria que segue ao seu lado, em seu avanço.

Dessa forma, os imóveis são cercados e atacados inicialmente pelas pick-up, que são protegidas pelos EE-9-Cascavel, acompanhados pelos blindados mais pesados, incluindo os transportes de tropas e, à medida que a área urbana aumenta, os meios das milícias crescem nas mesmas proporções. Primeiro se deslocam os EE-9, depois os T-55 e T-72 e, em

seguida, os obuseiros autopropulsados Palmária e M-109, empregados como se fossem carros de combate, efetuando disparos diretamente contra os prédios, à curta distância. Logo em seguida, a infantaria, apoiada pelos blindados sobre rodas EE-9-Cascavel inicia a varredura e a tomada desses prédios em combates francos contra os integrantes do ISIS/Daesh, numa luta mortal para aquele grupo.

Quando as ruas são mais estreitas, usa-se o Cascavel para contornar os quarteirões, onde, na intercessão das ruas, ele faz tiro direto contra os alvos indicados pelos drones e de cobertura à infantaria que os acompanha, com as máquinas blindadas e, em alguns casos, com os carros de combate e veículos autopropulsados, até que o inimigo seja definitivamente neutralizado.

Como o EE-9-Cascavel possui grande mobilidade e velocidade, e pouca blindagem, eles foram recebendo acréscimos em suas carcaças como proteções laterais de todos os tipos, aço e borracha, como forma de proteger suas rodas e pneus, mesmo possuindo o sistema run-flat (pneus à prova de balas).

Excepcionalmente, os veículos se deslocam com as escotilhas da torre abertas, devido, principalmente, ao calor e, em situação de combate a tripulação anda escotilhada, como no Iraque.

Normalmente, operam como seção de carros (duplas), que compõem o apoio das milícias, sendo identificadas, na maioria das vezes, com adesivos coloridos (vermelho, azul, amarelo etc.), colados nos veículos que os apoiam, bem como nas roupas dos combatentes, faci-

litando assim a identificação do grupo que está atuando naquele setor. Toda a comunicação é realizada por veículos pick-up fechados que levam grandes antenas e conjuntos de rádio.

Um EE-9-Cascavel, pelo menos, foi todo preparado com proteção blindada ao seu redor, tendo sido todo pintado em preto, tornando-se, assim, o mais bem elaborado, até o momento, visto em operação. Os combates acabam sendo travados de rua em rua e de casa em casa, e a varredura se faz necessária, pois, ao abandonar os prédios, o ISIS/Daesh sempre deixa uma grande quantidade de Artefatos Explosivos Improvisados (IED) como armadilhas para os seus opositores, o que amplia, em muito, o trabalho de reocupação dessas áreas. Um detalhe curioso é que estão sempre acompanhados da imprensa que cobre todo o conflito.

Normalmente, a maior parte dos combates são travados durante o dia, mas não raramente eles acontecem à noite.

O mais interessante é que o Cascavel, para um veículo concebido, desenvolvido e produzido há mais de 40 anos continua em atividade. O projeto iniciou-se dentro do Exército Brasileiro, idealizado por seus engenheiros e técnicos militares, no começo dos anos de 1970. Inicialmente, constituiu-se um protótipo, que foi testado e, logo em seguida, fabricada uma pré-série, de oito veículos, novamente testada nas mais severas condições e imediatamente repassada a uma indústria privada, que os produziu seriadamente numa escala industrial ampla para os padrões da época, não ficando muito atrás de seus concorrentes e congêneres cuja escala de produção, em muitos casos, ficou abaixo da sua.



EE-9-Cascavel M3-S2 operando lado a lado, em 2016, em Sirte, com um obuseiro autopropulsado Oto-Melara Palmira de 155mm. Em diversas ocasiões, ambos fazem tiro direto contra edificações onde estão integrantes do ISIS/Daesh. (Crédito da foto: Alwasatnews.com)

CONCLUSÃO

Sem dúvida, foi o EE-9-Cascavel o mais expressivo produto produzido e amplamente melhorado em suas versões mais modernas, mantendo sua simplicidade e fácil manutenção, sendo o que melhor representou os anseios da Cavalaria Brasileira, como um produto genuinamente nacional que, mesmo transcorridos mais de quarenta anos, continua inabalável e íntegro, em plena e eficaz atividade, combatendo ao lado de verdadeiros mitos da indústria estrangeira, não ficando em nada a dever, além de receber modificações que nunca foram sequer imaginadas pelos seus criadores.

Finalizando, podemos afirmar que dos estudos, das fontes pesquisadas e analisadas sobre o emprego do EE-9-Cascavel foi possível observar, e que muito chamou atenção, que na Líbia muitos veículos foram capturados de grupos pró-Kadafi por volta de 2014 e reincorporados ao Exército Nacional Líbio (2015/2016), que os passou a diversas milícias, com diversos Batalhões,



EE-9-Cascavel M3-S1 e M-3-S2 operando na cidade de Sirte, numa missão de patrulhamento e apoio às diversas milícias que operam conjuntamente na mesma região. (Crédito da foto: Ruplyt TV)

sem precisar sofrer modificações significativas, diferentemente do que ocorreu no Iraque, lembrando que existe uma Brigada, a 26 Al- Abbas, designada para o uso e emprego dos EE-9-Cascavel, testando e aplicando as diversas modificações em armamento e melhorando a blindagem.

Os EE-9-Cascavel da Líbia, mesmo não sofrendo modificações complexas, auxiliaram em muito no combate urbano de forma expressiva e eficaz, dando escolta, suporte de fogo e cobertura às tropas (milícias) na retomada de cidades estratégicas de relevante importância que se encontravam nas mãos do ISIS/Daesh, onde esta fase da luta está chegando ao final.

No Iraque ainda se tem um grande desafio na tomada completa da área de Mosul e no que poderá vir a ocorrer após a vitória sobre o ISIS/Daesh, em virtude dos diversos grupos que apoiam o Novo Exército do Iraque.

O presente artigo tem como base o livro de minha autoria intitulado Engesa EE-9-Cascavel – 40 anos de combates 1977 – 2017, lançado em junho de 2017 numa parceria do ECSB/Defesa e o UFJF/Defesa (www.ecsbdefesa.com.br) onde se tem uma visão bem mais ampla sobre as razões que levaram a sua concepção, desenvolvimento, produção, exportação e modificações realizadas pelos seus usuários, pois continuam sendo empregados em situações reais de combate.



Expedito Carlos Stephani Bastos
Pesquisador de Assuntos Militares da
Universidade Federal de Juiz de Fora
defesa@ufjf.edu.br

SEGURO AUTO

TRANQUILIDADE ONDE VOCÊ ESTIVER

Sujeito à alteração sem aviso prévio

QUEM PODE

Militares, pensionistas e servidores civis das Forças Armadas, poupadores POUPEX e familiares desses públicos-alvo

DIFERENCIAIS

- ✓ ótimos preços
- ✓ as melhores seguradoras do país
- ✓ várias formas de pagamento, inclusive com cartão de crédito, sem entrada ¹
- ✓ assistência 24 horas em todo o território nacional
- ✓ cotação e contratação por telefone ou internet ²
- ✓ em qualquer lugar do país, você conta com a orientação da PROSEG Corretora de Seguros

¹ Verifique a disponibilidade dessa vantagem nas seguradoras participantes do Seguro Auto da FHE

² Opção disponível somente para participante do FAM, do FAM Família ou Poupador POUPEX

Mais informações:

0800 61 3040

0800 61 3131

www.fhe.org.br



PROSEG
ADMINISTRADORA E
CORRETORA DE
SEGUROS

FHE

FUNDAÇÃO
HABITACIONAL
DO EXÉRCITO

BANDA SINFÔNICA DO EXÉRCITO



PRIMEIRO CD



José Roberto Pinto Bastos

A Banda Sinfônica do Exército (BSE), criada em 2002, é fruto de um exitoso projeto cultural desenvolvido pela Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) em parceria com o Exército Brasileiro. Sediada na cidade de São Paulo, é composta por 80 músicos militares de carreira e temporários, inclusive do segmento feminino, selecionados entre instrumentistas de todo o território nacional. Suas atividades são diversificadas e envolvem tanto os músicos com formação sinfônica quanto em grupos de música de câmara.

O plano de ação da Banda Sinfônica do Exército é, fundamentalmente, fazer da música um bem comum, como parte das atividades culturais desenvolvidas pelo Exército Brasileiro, estabelecendo, assim, um elo artístico-cultural com a sociedade, de modo a constituir-se uma verdadeira alavanca estratégica para a difusão da música e das tradições da Força Terrestre.

Importantes palcos já acolheram apresentações da Banda Sinfônica do Exército. Na cidade de São Paulo, o



Teatro Municipal, a Sala São Paulo, o Grande Auditório do Museu de Artes de São Paulo (MASP), o Teatro São Pedro, o Teatro Sérgio Cardoso, o Memorial da América Latina e a Fundação Oscar Americano; em Porto Alegre: o Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Teatro da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre; em Brasília: o Teatro Pedro Calmon, o Teatro FHE/POUPEX e o Teatro do Colégio Militar de Brasília; em Curitiba: o Teatro Positivo; em Cuiabá: o Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso; e no Rio de Janeiro: o Teatro Municipal e, com grande destaque, a execução da trilha sonora da Abertura dos 5º Jogos Mundiais Militares, realizados em 2011.

Intensa programação é também desenvolvida em várias cidades, particularmente no Estado de São Paulo, tendo como destaque as participações nos Festivais de Inverno da cidade de Campos do Jordão.

Como reconhecimento de sua qualidade, a Banda Sinfônica do Exército foi agraciada, pela Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA) com o “Prêmio Especial Cultural” e, na categoria Música Erudita, com o troféu “Melhor Projeto Musical Erudito”.

Apesar desses reconhecimentos por parte da crítica especializada e do público em geral – quando das apresentações realizadas em diversas cidades brasileiras – somente agora a Banda Sinfônica do Exército gravou o seu primeiro CD.

O CD, intitulado “Banda Sinfônica do Exército - Compositores Brasileiros”, é resultante de projeto cultural desenvolvido pela FUNCEB. O projeto, aprovado pelo Ministério da Cultura, contou com o aporte de recursos incentivados, proporcionados pela Lei ROUANET, oriundos do Programa Mecenas. Contou, também, com o apoio do Comando Militar do Sudeste (CMSE) e da Fundação Habitacional do Exército (FHE).

O CD se propõe a disseminar e tornar acessível um repertório de clássicos da música instrumental brasileira, de modo a valorizar e difundir a criação artística de autores nacionais, bem como promover e incentivar atitudes e transformações afetivas direcionadas à nossa identidade cultural.

Ouçá o CD da Banda Sinfônica do Exército no site da FUNCEB (www.funceb.org.br).

Muralhas de Pedra Canhões de Bronze Homens de Ferro

VOLUME 4



A Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) prossegue com os trabalhos de elaboração do quarto volume da obra Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro. O historiador Adler Homero Fonseca de Castro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, coordenador das atividades do referido projeto, desenvolve, com sua equipe, uma ampla e profunda pesquisa sobre as fortificações, de todas as Regiões do Brasil, que deixaram de ser abordadas nos três volumes anteriormente editados e que serão estudadas nesse próximo volume.

Qualificada como Obra de Arte, pela qualidade gráfica e pelo conteúdo do livro, é sucesso absoluto para os leitores no Brasil e no exterior.



Meu dileto amigo, Gen Synésio, recebi o exemplar nº 28 da Revista da Cultura e o li imediatamente, sem parar. Todos os artigos estão excelentes. Queira receber meus entusiasmados cumprimentos por mais essa realização.

Mário Ivan

Meus cumprimentos pela revista DaCultura, nº28, de abril de 2017. Além da sua matéria excelente sobre o Forte dos Andradas, como tem sido a sua série sobre as Fortificações nacionais, desejo ressaltar enfaticamente o artigo sobre a Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA). O nosso amigo, Cel Juvêncio Saldanha Lemos, epepeano histórico como nós dois, retratou com fidelidade impressionante, em texto notável, aquele período marcante da nossa juventude. Foi um prazer enorme recordar, com muita saudade, quase tudo daquela Escola exemplar e dos companheiros de toda a vida.

Parabéns! E que fotos significativas! Fraternal abraço.

Decio Gonçalves (Al 181) – da 3ª Cia
Gen Div Decio da Silva Gonçalves – Turma de 1961

É sempre muito bom receber e ler a Revista DaCultura. Desta vez, no seu número 28, minha satisfação foi maior ainda, ao constatar a existência de três artigos muito bem escritos por companheiros da Turma Academia Real Militar, de dezembro de 1961.

O Gen Synésio, perspicaz em seus argumentos, teceu importantes comentários sobre “As Fortificações Brasileiras - Patrimônio Cultural”; o gaúcho Juvêncio Saldanha Lemos, com justificado saudosismo, pertinência e realidade, descreveu como funcionava a “Escola Preparatória de Porto Alegre – EsPPA” nos últimos anos da década de 1950 e o amigo Paulo Roberto Rodrigues Teixeira, me fez recordar as belezas do “Forte dos Andradas”.

A partir do ano de 1985, servindo em Campinas, tive a feliz oportunidade de frequentar o Hotel de Trânsito do Guarujá, instalado dentro do Forte dos Andradas. O local é de grande beleza natural e o Forte uma verdadeira obra de arte da Engenharia Militar.

Na reserva, voltando a morar em Campinas, continuei frequentando o hotel, que foi totalmente recuperado e melhorado na gestão do também companheiro de turma e amigo, Gen Montedônio, quando no comando da 1ª Bda Art AAé.

A Revista DaCultura proporciona uma leitura agradável, histórica e cultural, contendo também assuntos atuais e relevantes, sempre sob a responsabilidade de articulistas da mais alta qualidade e competência.

Parabéns para todos os responsáveis por esta excelente publicação cultural.

Roberto Assumpção Pimenta – Cel Inf/Turma de 1961

An aerial photograph of a large, multi-sided stone fort built into a hillside. The fort has several bastions and a central courtyard. It is surrounded by dense green forest. In the background, a city with many buildings is visible across a body of water, with mountains in the distance.

Fortificações em Niterói

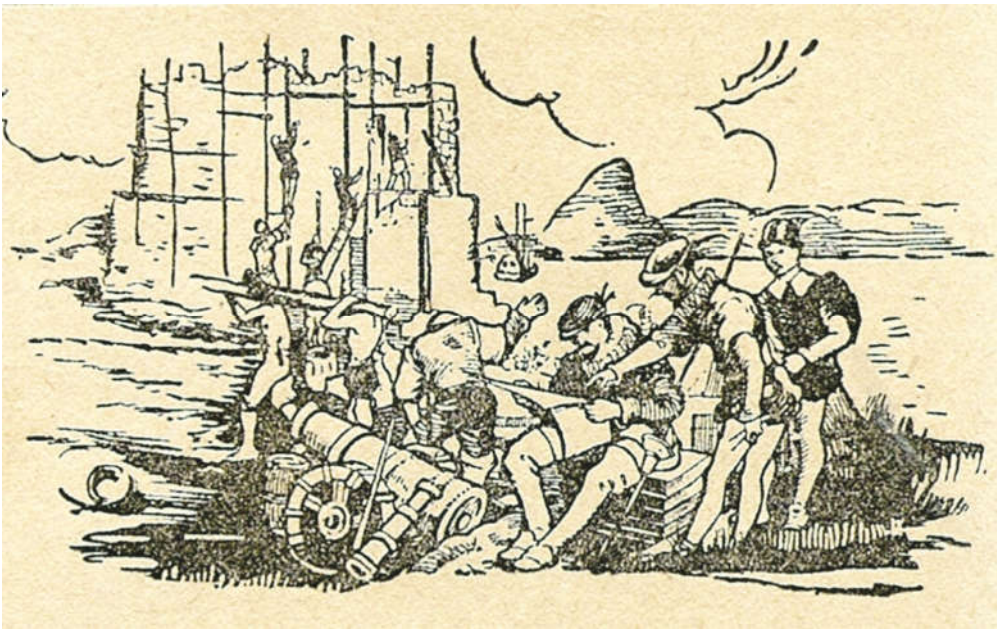
Fortes:
Barão do Rio Branco,
São Luís
e Pico

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira



Antecedentes

No complexo das Fortificações em Niterói, podemos considerar que estão edificadas as mais belas fortificações da costa brasileira. As suas primeiras construções foram iniciadas há quase cinco séculos com o objetivo de defender a entrada de navios estrangeiros na Baía de Guanabara. Os franceses foram os primeiros e tinham como grande objetivo estratégico fundar uma colônia no Brasil - a França Antártica - visando a comercializar as riquezas já exploradas nas terras da colônia lusitana. Isso ocorreu no ano de 1555.



Nicolau Durand de Villegaignon na baía do Rio de Janeiro, atual Villegaignon onde levantou o Forte Coligny

O Vice-Almirante francês Nicolau Durand de Villegaignon improvisou uma fortificação para a sua defesa, colocando duas peças de artilharia sobre o promontório, na entrada da baía. Fixaram-se nas ilhas Lages e Serigipe – onde viviam os Tamoios – e ergueram o Forte Coligny. Atualmente, a ilha chama-se Villegaignon, e nela localiza-se a Escola Naval.

Estácio de Sá parte para combater os franceses, onde fundou a Cidade do Rio de Janeiro

No Local, Estácio de Sá fundou, em 1º de Março de 1565, a cidade de São Sebastião



do Rio de Janeiro, entre os morros de S. João e Pão de Açúcar. Era o início da resistência contra os invasores.

Em 1567, com a expulsão final dos franceses, os portugueses iniciaram a ocupação militar de Niterói.

Do outro lado da baía, estava a Fortaleza de São João, em posição privilegiada, cruzando fogos com a Fortaleza de Santa Cruz, a mais importante e de maior poder de

fogo do Complexo de Niterói.

O Forte da Laje, em frente, na entrada da barra, numa ilhota de pedra, em posição mais recuada.

As fortificações que compõem este complexo são:

- Forte do Imbuy;
- Forte Barão do Rio Branco;
- Forte de São Luís;
- Forte do Pico e
- Fortaleza de Santa Cruz.

Nesta reportagem, abordaremos apenas os fortes de São Luís, do Pico e Barão do Rio Branco, todos circunvizinhos numa mesma área, num mesmo movimento rochoso e debruçados sobre a Baía de Guanabara.

São fortificações históricas administradas pelo 21º GAC, Grupo Monte Bastione, ocupando uma área de aproximadamente 2.150.000 metros quadrados com cerca de 6km de litoral. Há predominância da vegetação da Mata Atlântica que contrasta com o mar das praias litorâneas, emolduradas pelo azul do céu. Um verdadeiro espetáculo em cores que empolga a todos que têm oportunidade de conhecê-lo e observar este cenário maravilhoso que a natureza nos oferece.

Forte de São Luís



Foto - Ricardo Siqueira

O início da ocupação do local deu-se em 1567, quando foi instalado um posto de observação da bateria Nossa Senhora da Guia, a qual, com a sua ampliação, viria a se tornar a Fortaleza de Santa Cruz.

A sua efetiva construção ocorreu no período de 1769-1770, por determinação do Vice-Rei D. Luís de Almeida Portugal, em virtude da ameaça que havia de uma invasão pelos espanhóis.

O Vice-Rei do Rio de Janeiro, D. Luís de Almeida – 2º Marquês do Lavradio, preocupado com a segurança da área sob a responsabilidade do seu governo, deu ênfase à defesa do território, trabalhando nas fortificações da capitania, algumas construídas por ele mesmo. Deu destaque a uma delas, que serviria de marco para o seu governo, o Forte de São Luís. Esta construção, além de ultrapassar os recursos programados para edificá-la, também



D. Luís de Almeida Portugal –
Marquês do Lavradio

trouxe dúvidas quanto à sua viabilidade, mas, mesmo assim, ela foi concluída. O resultado foi uma construção sólida, em pedra, com um fosso e ponte levadiça, e muralhas que fechavam o espaço entre o Morro do Pico e o da Calhambola.

Forte de São Luís.
Portal construído em
granito trabalhado em
cantaria encimado
por placas de
mármore branco com
inscrições em latim



Seu portal encanta os visitantes pela beleza e perfeição das pedras cortadas, lapidadas e numeradas, uma obra de encaixe, montada como um “quebra-cabeça gigante”. Essas duas construções foram reformadas e serviram de alojamento para a futura construção do Forte do Pico, de 1913 a 1918.

O armamento que dispunha para a defesa, eram dois canhões de 24mm, dois de 18mm, seis de 12mm e dois de 8 libras, num total de 12 peças. Hoje, esses canhões estão em exposição permanente no Forte Barão do Rio Branco.

Em 1811, deixou de ser independente e passou a integrar o comando da Fortaleza de Santa Cruz.

A Questão Christie foi um fato histórico vivido no período do Segundo Reinado, em



Alegoria da época sobre a Questão Christie

1863, quando o Imperador D. Pedro II tomou decisões que abalaram as relações diplomáticas entre Brasil e o Reino Unido, em face de determinadas resoluções políticas tomadas por aquele país contra o nosso. As relações foram restauradas somente em 1865. Em consequência, o Imperador agiu imediatamente na área de segurança, com a adoção

de várias medidas, que alcançaram a defesa da Baía de Guanabara. Vários fortes foram reformados e alguns foram construídos, dentre os quais o Forte do Imbuy, sendo iniciada a sua construção em 1864 e que foi chamado de Forte Dom Pedro II do Imbuy, hoje apenas conhecido como Forte do Imbuy.

A “Praça dos Portugueses” é um local muito especial. Um presente que foi oferecido pela colônia portuguesa, em 1999.

Ali está caracterizada a amizade entre os dois países. A eles, devemos o Descobrimento e a Colonização do Brasil. Reconhecemos o que fizeram por nós. Somos gratos aos portugueses.

Fernando Pessoa foi poeta e escritor português, considerado um dos maiores da língua portuguesa e da literatura universal, muitas vezes comparado a Luís de Camões. Morreu em 30 de novembro de 1935, aos 47 anos de idade. O seu busto está no local. O texto do painel é de sua autoria.

A obra de arte é um painel de azulejos retratando um momento da colonização do Brasil. O autor é o artista português Nelo Caridade, no qual estão transcritos trechos do poema “Mar de Portugal”. O quadro foi pintado em Portugal pelo pintor Manoel Caridade Mirando.



Praça dos Portugueses



Estas duas construções durante as obras de restauração serviram de alojamento para os operários

Imagem aérea do
Forte de São Luís

Foto - Ricardo Siqueira

Do Forte de São Luís,
a deslumbrante paisagem
do Rio de Janeiro



Forte do Pico

Vista aérea
do Forte do Pico



Portal de entrada para
acesso à fortificação.
Na parte superior, como
capitel, o ano de 1918



Uma das quatro canhoneiras que defendia o Forte



Sistema de municiamento das canhoneiras



Gerador movido a óleo diesel

O morro do Pico é a parte mais alta do movimento rochoso que começa no promontório onde está edificada a Fortaleza de Santa Cruz e prossegue em ascendência íngreme, coberta pela beleza natural do verde da Mata Atlântica, até chegar ao topo da elevação. A partir daí inicia a descida, passando pelas instalações do Forte de São Luís, Forte Rio Branco e chegando até o Forte Imbuy, ao nível do mar.

Por essa razão foi denominado Forte do Pico. Está a 227 metros acima do nível do mar.

De lá, a visão panorâmica é algo extraordinário. O campo visual de 360° graus é considerado um dos 50 melhores pontos de observação do mundo, e, dele, avista-se a entrada da Baía de Guanabara e a orla marítima da cidade do Rio de Janeiro, destacando-se pontos turísticos como o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor e a beleza das praias da Zona Sul.

Este local foi utilizado, desde o século XVI, para a vigilância da cidade do Rio de Janeiro.

A sua construção teve início em 1913, no governo do Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, e foi inaugurado em 1918.

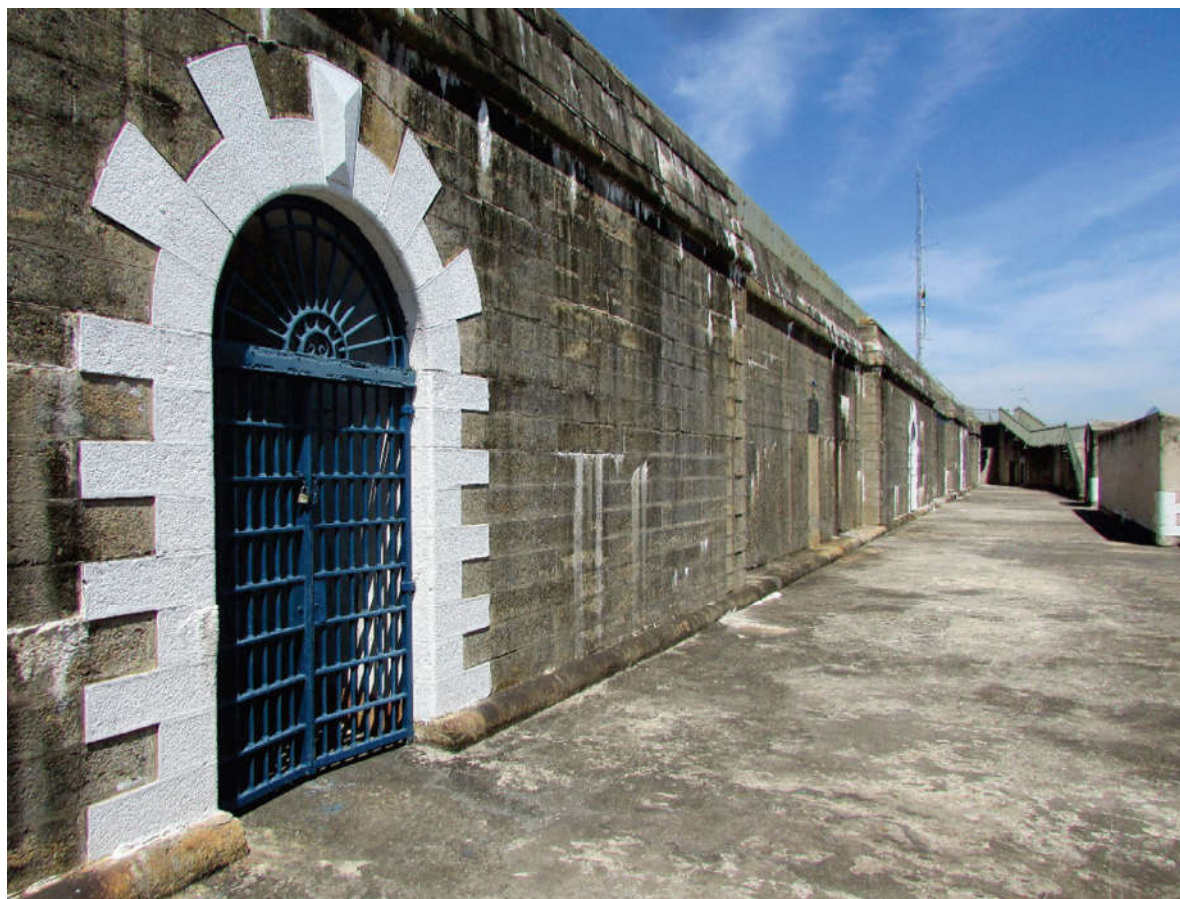
O seu objetivo principal era a proteção da Baía da Guanabara e também a do paiol de munição que supria as fortificações ao redor.

É considerada um modelo da engenharia militar brasileira, da época, pelos detalhes técnicos da construção, pelo alto padrão na eficiente segurança que oferecia ao armamento, à munição e todo o sistema para a execução do tiro.

O seu gerador, que até hoje existe, é de origem Suíça, alimentado com óleo diesel filtrado, e era responsável por fornecer energia ao Forte do Pico e ao Forte de São Luís. Foi desativado em 1956.

Os seus quatro obuseiros de costa de 280mm foram fabricados na Alemanha, pela Krupp, modelo 1912.

O canhão é de tiro curvo, pesava cerca de 10 toneladas e o seu projétil 354 quilos, alcançava uma distância de 12km, e era destinado a abater os alvos que se posicionassem atrás das ilhas ao redor das fortificações.



Acesso a uma das instalações do Forte do Pico



visão que teriam da cidade do Rio de Janeiro pelo baluarte da Bateria de Nossa Senhora da Guia

Forte Barão do Rio Branco



José Maria da Silva Paranhos Júnior
Barão do Rio Branco





A sua criação remonta à construção do Forte da Praia de Fora, ocupado pela Bateria de Nossa Senhora da Guia, no ano de 1567, na Ponta de Santa Cruz, e que foi erguida para proteger o flanco daquela posição. Tais informações, na verdade, são registos imprecisos para a consolidação desses acontecimentos.

Teve participação efetiva no combate aos invasores franceses, em 1710 e 1711, quando abriu fogo contra as esquadras de François Duclerc e Dugay Train.

No ano de 1887, foi artilhado com 24 canhões de bronze português e dois canhões “a barbete”, fabricados na Inglaterra. Estes dois últimos permanecem em posição até hoje, no Pátio do Forte.

Pelo decreto de 25 de novembro de 1938, o conjunto defensivo integrado por esta

bateria, pelo Forte de São Luís e pelo Forte do Pico recebeu a designação atual de Forte Barão do Rio Branco.

Esteve guarnecido até o final da década de 1950, pela 1ª Bateria de Obuseiro de Costa. Considerada obsoleta, a estrutura foi desativada a partir de 1965.

Em 1992, passou a abrigar parte do 8º GACosM, responsável ainda pela Fortaleza de Santa Cruz e pelo Forte Imbuy.

Em 1993, iniciaram-se as obras de limpeza e consolidação das ruínas do Forte de São Luís que, juntamente com o restante do Complexo das Fortificações, foi aberto ao público como atração turística, a partir de 1998.

Atualmente, é a sede do 21º GAC.

Artilharia em 1887 composta de 24 canhões de bronze portugueses e mais dois ingleses

Obuseiro de 155mm.
Em eventos especiais
se posicionam na
entrada do 21º GAC,
dando as boas vindas
ao visitante



Canhões históricos em
exposição permanente
enaltecendo o valioso
acervo cultural



21º GAC – Grupo Monte Bastione



A sua criação deu-se no dia 16 de abril de 1736, com o nome de Corpo de Artilharia do Rio de Janeiro, com a missão de garantir as fortificações do Rio de Janeiro, Niterói e Baía de Guanabara.

Ao longo da história participou de várias guerras, no Brasil e no exterior, sempre obtendo expressivas vitórias.

Na 2ª Guerra Mundial, integrou a Força Expedicionária Brasileira, realizando o seu primeiro tiro no sopé do Monte Bastione, no dia 16 de setembro de 1944. A data é comemorada todos os anos, na mesma hora e com o mesmo obuseiro. Trata-se de uma cerimônia militar, muito solene, quando os artilheiros, diante do estrondo do tiro de salva, às 14h40min, horário do primeiro tiro na Itália, emocionados, rememoram a glória da Artilharia nos campos de batalha.

Vários heróis integrantes dos seus quadros deixaram as suas marcas na história, dentre os quais, citamos: Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca, Vilagran Cabrita, Rondon, Bittencourt, Hermes da Fonseca, entre outros.

As missões atuais do 21º GAC, agora dotado de material 155mm, são diversificadas, em várias frentes, o que exige um adestramento altamente eficaz, trazendo como resultado a excelência do emprego operacional da Unidade.

A missão cultural também é uma das atribuições do 21º GAC. Sobre si a responsabilidade

de manter um acervo precioso, patrimônio cultural permanente, onde se busca preservar e difundir-lo, para que as novas gerações valorizem o trabalho que tiveram os nossos antepassados, na construção, na manutenção e na defesa do nosso território.



Soldado que disparou o primeiro tiro brasileiro na Segunda Guerra Mundial

A missão prossegue...

Vista panorâmica.
Do outro lado da Baía
de Guanabara, o morro
do Pão de Açúcar e o
morro do Cristo
Redentor



Encerramento

O Complexo das Fortificações em Niterói deu início no século XVI, quando a cobiça pelas riquezas das terras lusitanas despertou o interesse das nações estrangeiras em conquistá-las.

Portugal iniciou imediatamente um planejamento estratégico de defesa para garantir o domínio da nova colônia.

Entre os invasores destacamos, inicialmente, os franceses que tinham como grande objetivo criar a França Antártica.

As construções das fortificações se multiplicavam uma vez que a ameaça inimiga aumentava. A enseada da Baía de Guanabara beneficiava o desembarque das naus inimigas.

Os fortes foram construídos nas duas cidades, Rio de Janeiro e Niterói. A Fortaleza de São João e a Fortaleza de Santa Cruz, na Baía de Guanabara, cruzavam seus fogos,

transformando-se numa grande barreira para o invasor.

Com o passar do tempo a maioria do armamento que mobiliava os fortes não acompanhou a evolução das embarcações de guerra, enfraquecendo o seu poder de fogo e reduzindo a eficácia da sua operacionalidade. Surgiram novas fortificações, com novo armamento.

O 21ºGAC foi acolhido pelo complexo das fortificações de Niterói.

Unidade de elite do Exército Brasileiro, vem cumprindo as mais difíceis missões operacionais. Entretanto, mesmo assim, em nenhum momento abandonou o Vetor Cultural, preservando a sua memória, conservando o seu precioso acervo, Patrimônio Cultural da Humanidade. Uma face oculta, que muitos desconheciam.

Parabéns 21º GAC!

PAULO ROBERTO RODRIGUES TEIXEIRA – Coronel de Infantaria e Estado-Maior, é natural do Rio de Janeiro. Tem o curso de Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra. Atualmente é assessor da FUNCEB e redator-chefe da Revista *DaCultura*.

Em 2017, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) comemora 80 anos de atuação cumprindo seu papel como defensor da cultura brasileira em seus tesouros edificados, na criatividade aplicada na arte, nos ofícios que se perpetuam, nos costumes e tradições e na história ancestral. Projetando suas atividades para os próximos 80 anos, o IPHAN batalha pela valorização e reconhecimento de diversas joias da nossa pátria. É o caso do Conjunto de Fortificações, composto por 19 fortes situados em 10 estados brasileiros

IPHAN

Ele está entre os bens que integram a Lista indicativa brasileira a Patrimônio Mundial da Unesco. O conjunto representa as construções defensivas implantadas no território nacional, nos pontos que serviram para definir as fronteiras marítimas e fluviais do país.

Unidade de elite do Exército Brasileiro,
vem cumprindo as mais difíceis missões operacionais.
Entretanto, mesmo assim, em nenhum momento
abandonou o Vetor Cultural, preservando a sua memória,
conservando o seu precioso acervo, Patrimônio Cultural da
Humanidade. Uma face oculta, que muitos desconheciam.
Parabéns 21º GAC!

